



UM OUTRO TURISMO É POSSÍVEL!

Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico.

Fórum Social Mundial Porto Alegre, Janeiro de 2005.

Organizadores:

**Esther Neuhaus
Jefferson Souza da Silva**

UM OUTRO TURISMO É POSSÍVEL!
Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no
desenvolvimento turístico.

Esther Neuhaus
Jefferson Souza da Silva
(Organizadores)

Autores:

Ana Paula Portella
Rodrigo Ruiz Rubio
KT Suresh e Vidya Rangan
Alfredo Quarto
Farah Sofá
Vincent Manoharan J.
Pedro Armendáriz e Helga Serrano
Gianni Cappellotto
Rami Kassis
Lindomar Fernandes,
Rodrigo Ruiz Rubio
Rositte Rosales Medina
Modesto Segura Quintero
Maira Millán

Fortaleza/CE 2006

FICHA TÉCNICA

Fórum Social Mundial:

Foram organizados 5 seminários sobre a temática do turismo, sob o lema “Outro Turismo é Possível”:

- 1) *Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo e o impacto na vida das mulheres.*
- 2) *Livre comércio, turismo e desenvolvimento uma análise de tendências, impactos e estratégias.*
- 3) *Turismo e pequenos estados insulares/zonas costeiras – desastres ecológicos iminentes? – lições da tragédia do tsunami..*
- 4) *Turismo comunitário como instrumento de redução de pobreza e inclusão social.*
- 5) *Estratégias de resistências frente aos impactos de turismo.*

Promotores do evento:



GT Turismo Sustentável



Apoio:



Fundação Suíça para Solidariedade no Turismo



ICCO Holanda

Organizadores da publicação:

Esther Neuhaus (FBOMS/Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)

Jefferson Souza da Silva (Instituto Terramar)

Tradução: Polyne Said

Sumário

APRESENTAÇÃO	04
DIMENSÕES DA DESIGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E O IMPACTO NA VIDA DAS MULHERES	
O turismo sexual em Pernambuco <i>Ana Paula Portella</i>	07
LIVRE COMÉRCIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS	
Os tratados de livre comércio, turismo e desenvolvimento <i>Rodrigo Ruiz Rubio</i>	14
Desenvolvendo um marco de avaliação do impacto do turismo dentro da OMC e do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços para países em desenvolvimento <i>KT Suresh e Vidya Rangan</i>	18
TURISMO E PEQUENOS ESTADOS INSULARES/ZONAS COSTEIRAS - DESASTRES ECOLÓGICOS IMINENTES? - LIÇÕES DA TRAGÉDIA DO TSUNAMI.	
Os tsunamis de 26 de dezembro - O desastre natural antinatural <i>Alfredo Quarto</i>	25
Os compromissos de ajuda para superar os impactos do tsunami devem ser sustentáveis, comunidades afetadas devem decidir <i>Farah Sofa</i>	31
O tsunami - O desastre - A resposta - A situação e as necessidades <i>Vincent Manoharan J.</i>	34
TURISMO COMUNITÁRIO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL	
O turismo de base comunitária como uma estratégia para o desenvolvimento - A experiência do Equador <i>Pedro Aremandáriz e Helga Serrano</i>	40
Turismo responsável: O caso da Itália <i>Gianni Cappellotto</i>	46
Turismo de base comunitária como instrumento de redução da pobreza e inclusão social - O caso da Palestina <i>Rami Kassis</i>	50
Turismo comunitário: Uma proposta em construção - O caso do Brasil <i>Lindomar Fernandes</i>	53
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS FRENTE AOS IMPACTOS DE TURISMO	
Conflito, resistência e construção de alternativas frente à “sustentabilidade” neoliberal <i>Rodrigo Ruiz Rubio</i>	58
A luta dos agricultores contra o projeto turístico Playa Hermosa <i>Rositte Rosales Medina</i>	61
Estratégias de resistência frente aos impactos do turismo em Esmeraldas, Equador <i>Modesto Segura Quintero</i>	63
Turismo sustentável X reciprocidade solidária <i>Moirá Millan</i>	66
ANEXOS	
De Mumbai para Porto Alegre: Quem realmente se beneficia do turismo? <i>Comunicado do Grupo de Intervenções em Turismo no IVº Fórum Social Mundial</i>	71
Declaração de Porto Alegre, 2005 - “Outro Turismo é Possível” <i>Comunicado do Grupo de Intervenções em Turismo no V Fórum Social Mundial</i>	73

Apresentação

Esta publicação é resultado de uma série de eventos realizados entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2005, na ocasião do V Fórum Social Mundial que ocorreu na cidade de Porto Alegre, Brasil. Sob o lema “Outro turismo é possível” as entidades Instituto Terramar e Associação Alternativa Terrazul do Brasil, *Ecumenical Coalition on Tourism* (ECOT) da China, *Equations* da Índia e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) organizaram 5 seminários destinados a denunciar o modelo atual de turismo caracterizado por desigualdades de gênero, degradação ambiental e situações precárias de trabalho, e ao mesmo tempo apontar alternativas para a construção de um novo modelo de turismo baseado na sustentabilidade socioambiental.

Iniciamos a publicação com uma reflexão sobre as dimensões de desigualdade no desenvolvimento do turismo e o impacto na vida das mulheres. O turismo sexual e a exploração de mulheres e meninas no Estado de Pernambuco é objeto de análise. Ainda no Brasil, foi avaliado o papel dos organismos de financiamento públicos e privados ao desenvolvimento do turismo, com as suas conseqüências muitas vezes negativas sobre a distribuição de renda, exclusão de mulheres e minorias e situação ambiental.

O painel dedicado aos temas livre comércio, turismo e desenvolvimento analisa tendências e impactos de acordos de livre comércio na área de turismo sobre a vida de comunidades locais e o próprio desenvolvimento. É apresentado também um marco de avaliação do impacto do turismo dentro da Organização Mundial de Comércio e do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços para países em desenvolvimento, nos setores econômico, social, político, ambiental e cultural. A liberalização de serviços turísticos, junto com a desregulamentação do setor, já vem mostrando a sua verdadeira cara como cúmplice na perda da soberania dos Estados nacionais em aplicar legislações que protegem as suas economias domésticas e no aumento da concentração de capital e das desigualdades sociais nos países em desenvolvimento.

O Fórum Social de 2005 ocorreu exatamente um mês após a catástrofe do tsunami no sudeste asiático. Cabe destacar que mesmo antes desta tragédia sem precedentes, que custou mais de 200 mil vidas humanas, os organizadores dos eventos estavam planejando uma mesa de debate sobre a fragilidade da zona costeira, e a importância da preservação dos manguezais para o desenvolvimento turístico. À luz dos acontecimentos o seminário foi dedicado ao turismo e os pequenos estados insulares e regiões costeiras e serviu para debater as lições aprendidas com a tragédia do tsunami. Foi possível contar com a presença de testemunhas da catástrofe. A mesa de debate teve uma apresentação sobre a importância da vegetação da zona costeira na prevenção de desastres naturais, e uma análise do comportamento e da falta de eficiência das ações de emergência e reconstrução das organizações humanitárias e não-governamentais.

Experiências de vários países da região na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado no protagonismo das comunidades locais foram objeto de debate no painel sobre turismo comunitário como instrumento de redução de pobreza e inclusão social. Iniciativas bem-sucedidas no Nordeste brasileiro e no Equador apontam para um novo paradigma de turismo sustentável no qual as comunidades dos destinos turísticos realizam o planejamento, a execução e o monitoramento das atividades turísticas e conseguem gerar renda complementar e desenvolvimento socioeconômico. Reflexões sobre a viabilidade do modelo e desafios culturais e de escala na construção do mesmo são analisados com um olhar da Palestina e da Itália, país gerador de grande número de turistas internacionais.

O painel dedicado à discussão e elaboração de estratégias de resistência frente aos impactos do turismo encerrou as atividades durante o Fórum Social Mundial. Experiências de resistência no Peru, no Equador e na Argentina serviram para mostrar ao público que existem inúmeras lutas sociais frente ao modelo neoliberal e a mega-projetos turísticos que não levam em consideração as necessidades das comunidades e a vulnerabilidade do meio ambiente. Existem alternativas como a reciprocidade solidária baseada na cosmovisão mapuche que permitem uma nova abordagem da atividade turística, e que contribuem para que possamos unir esforços, experiências e iniciativas na construção de outro modelo mais justo e solidário de desenvolvimento turístico.

Outro turismo é possível!

Fortaleza, abril de 2006

Esther Neuhaus

Jefferson Souza da Silva
(Organizadores)

Mesa I:

**Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo e
o impacto na vida das mulheres**



O TURISMO SEXUAL EM PERNAMBUCO

Ana Paula Portella

As reflexões aqui apresentadas originam-se de uma pesquisa sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, realizada em 2002 como parte de uma pesquisa nacional coordenada pelo Cecria (Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes). Ao mergulhar neste universo verificamos que o turismo sexual é a porta de entrada para a ação de redes criminosas do mesmo modo que é a saída e o início de uma nova vida para centenas de mulheres que encontram nos países europeus algo da cidadania que aqui lhes é negada. Mas, dando certo ou dando errado, o turismo sexual evidencia de maneira brutal as perversidades do modelo socioeconômico no qual vivemos. Por isso, ainda que breve e superficialmente, eu gostaria de tratar do turismo sexual como uma questão da democracia e do desenvolvimento, mas, sobretudo, como uma questão de direitos humanos das mulheres. Desta forma podemos pensar nos seus aspectos negativos, ou seja, no que se refere à negação e violação, mas também nos seus aspectos positivos, ou seja, no que se refere à garantia de direitos já instituídos e à construção de novos direitos. No caso do turismo, os aspectos positivos revestem-se de particular importância pelas suas inflexões com a questão da imigração Sul-Norte e pelas reiteradas tentativas dos países do Norte em restringir o direito de ir e vir das populações do Sul, nas quais as alegações de crime de tráfico e de favorecimento da prostituição vêm sendo utilizadas como justificativas para as limitações nas políticas migratórias dos países desenvolvidos. Dito isto, começo falando de Recife.

O Recife tem cerca de 1.400.000 habitantes, dos quais cerca de metade vive em morros, favelas e ocupações urbanas cujas condições de vida são extremamente precárias (IBGE, 2000). Com uma área geográfica reduzida (218,7 km²), sua população ocupou quase todos os espaços vazios da cidade, o que inclui um grande número de áreas ribeirinhas, de mangue, morros e encostas pouco seguras para moradia. Nos seus primeiros quatro séculos de existência, graças à economia da cana-de-açúcar movida a trabalho escravo, o Recife manteve-se, junto com Salvador, como um dos mais importantes centros econômico, comercial e cultural do país. A monocultura da cana, devastadora em seus efeitos sociais e ecológicos, era, até pelo menos duas décadas atrás, a principal fonte geradora de riqueza local e, sobretudo, de movimentação de recursos públicos na região. Entre os efeitos perversos do ciclo da cana – e de sua decadência –, que ainda retém muitos traços escravocratas, destacam-se a constituição de uma elite extremamente autoritária, privatista, patriarcal e clientelista, cuja influência se faz sentir, ainda hoje, mesmo nas áreas urbanas do Estado.

Atualmente, os setores de serviços e comércio são os que se sobressaem na economia do município, sendo responsáveis por 45% da mão-de-obra empregada. A indústria responde por apenas 8,5% do total de empresas do município. Observando a situação das mulheres na Região Metropolitana do Recife (RMR), a partir de indicadores de emprego e renda, veremos que são escassas as alternativas de vida a elas oferecidas, o que nos permite entender as razões pelas quais boa parte das meninas e mulheres termina *optando* por uma das duas vias “tradicionais” de sobrevivência feminina: o casamento e a prostituição. As mulheres são 53% da população total da RMR, compõem 44,4% da População Economicamente Ativa (PEA) e constituem 47,1% dos/as chefes de família. O emprego feminino localiza-se predominantemente nos serviços domésticos remunerados, nos setores de educação e saúde e, na indústria, concentra-se no setor têxtil e no de confecções. (DIEESE, 2001).

Como no restante do país, os seus rendimentos são menores, correspondendo a apenas 65,1% dos salários dos homens, com uma variação pouco significativa, do ponto de vista numérico, com relação ao grau de instrução, mas muito significativa se atentarmos para o fato de que quanto maior o grau de instrução maior o diferencial de rendimento entre mulheres e homens. Mulheres analfabetas recebem 68,4% do salário masculino, enquanto que o salário das mulheres com o 3o grau completo corresponde a 56,5% do masculino (DIEESE, 2001). Diferentemente do que acontece com os homens, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido crescente. E ao contrário do diferencial de rendimentos, a taxa de participação no mercado de trabalho aumenta de acordo com o grau de instrução.

Isso ilustra as desvantagens das mulheres em relação aos homens, mesmo quando estão em igualdade de condições no que se refere à escolaridade e/ou capacitação profissional. Os homens, mesmo com pouca ou nenhuma qualificação, integram-se ao mercado de trabalho com muito maior facilidade do que as mulheres, o que chama a atenção para a necessidade de um maior esforço das mulheres para entrarem no mercado, tornando-as vulneráveis não apenas ao emprego precário e informal, como também às já citadas alternativas tradicionais: o casamento e a prostituição como meios de vida. Neste contexto, as perspectivas de futuro para meninas e adolescentes não são muito alentadoras. Menos ainda se pensarmos que, entre todas as mulheres empregadas, apenas 23,6% possuem carteira de trabalho assinada, o que deixa mais de dois terços das mulheres prejudicadas quanto aos direitos trabalhistas.

As taxas de desemprego também revelam as diferenças entre a situação de vida de mulheres e homens. Enquanto entre estes é maior a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (75,7%) – o que indica que, mesmo em péssimas condições, há trabalho – entre as mulheres, são maiores as taxas de desemprego oculto pelo desalento (69,5%), que é quando a pessoa desiste de procurar trabalho em função dos freqüentes insucessos, e de desemprego aberto (56,7%) (DIEESE, 2001).

Considerada como uma cidade que detém um dos maiores índices de desigualdade social e econômica do país e até do mundo, o Recife possui uma característica que a distingue de outras cidades brasileiras. Trata-se do alto grau de proximidade física entre áreas ricas, pobres e miseráveis, dada em grande medida pela sua reduzida área geográfica e pelo seu longo tempo de existência e ocupação urbana. Diferentemente de outros centros urbanos nacionais, onde é possível encontrar bairros ricos e bairros pobres, no Recife não há um único bairro que seja habitado por um único segmento social. Se, de um lado, isto pode ser visto como uma característica positiva, pelo fato de aparentemente não segregar grupos sociais, por outro lado, é fonte de importantes tensões sociais, já que as relações entre diferentes classes é mediada pela cultura autoritária e patriarcal cujas raízes estão na escravidão.

É uma cidade que, de certo modo, vive em uma constante guerra, iniciada muito antes do recrudescimento da violência urbana e que se expressa através dos inúmeros movimentos sociais e culturais que grassam na cidade, mas também se revela na facilidade com que redes criminosas de diferentes tipos operam na cidade. Atualmente, a Região Metropolitana do Recife, formada por 14 municípios, enfrenta a triste estatística de mais de 30 homicídios a cada final de semana. Nos finais de semana prolongados, este número já chegou a ultrapassar 50 homicídios (SDS-PE, 2001). A grande maioria destes casos está ligada justamente à ação de redes criminosas, entre as quais o turismo sexual tem adquirido uma importância cada vez maior, especialmente nos últimos dez anos.

Data deste período o início dos grandes investimentos públicos e privados no setor turístico em Pernambuco. O atual governo, ao apresentar seu plano plurianual, identifica algumas

vantagens do Estado que justificariam o investimento no turismo. São elas: *vantagens locacionais que situam Pernambuco como o portão de entrada para o turismo no Nordeste, posição geográfica, riqueza de patrimônio histórico e construído, beleza natural e paisagística e variada cultura popular; potencial de integração regional e externa, através do Rio São Francisco e dos Portos de Suape e do Recife e, finalmente, a dimensão do mercado local, segundo maior mercado consumidor do Nordeste e primeiro em perfil de remuneração* (www.pe.gov.br, 2002).

Os resultados econômicos apresentados pela indústria do turismo no mundo e no Brasil parecem justificar a opção governamental pelo incentivo a este setor. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, no ano 2002, a receita gerada pelo turismo internacional nas Américas foi de 137,4 bilhões de dólares e no mundo foi de 483 bilhões de dólares. Depois do 11 de setembro, o movimento turístico internacional apresentou um pequeno declínio da ordem de 1,2%, mas voltou a crescer 2,3% já em 2002. No Brasil, os resultados são espetaculares: a receita vem apresentando crescimento nos últimos dez anos, tendo atingido US\$ 3.120.132,00 em 2002. Dados estaduais, no entanto, nos revelam que tal lucratividade nem sempre se traduz em resultados sociais e econômicos positivos para a população. O turismo sexual e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual são apenas alguns dos casos dramáticos que ilustram a perversa relação entre um determinado modelo de desenvolvimento turístico e o crime.

O Aeroporto Internacional dos Guararapes ocupa o quarto lugar no país quanto ao movimento internacional de passageiros. Em 2002, desembarcaram no Recife, 48.522 passageiros, a grande maioria (44.035) vinda da Europa, entre estes, a maior parte oriunda de Portugal, Alemanha, Suíça e Itália – países que são exaustivamente citados como rotas de tráfico e destino de mulheres envolvidas com o turismo sexual. (COINF/DPF, Embratur e FADE, 2000).

De acordo com o Estudo da Demanda Turística Internacional 2000, conduzido pela Embratur, a maioria (68,42%) dos estrangeiros que chegam a Recife tem no turismo a principal razão da viagem. A faixa etária predominante é a de 25 a 39 anos (54,38%), mas há um número significativo na faixa de 40 a 59 anos (28%). A maior parte (77,89%) foi influenciada pela TV ou por amigos/as na escolha do destino turístico, mas 7,89% sofreram influência da Internet. Há vários sites na Internet diretamente nomeados como turismo sexual, onde se encontram facilmente relatórios de turistas que estiveram em cidades brasileiras e, entre elas, no Recife, recomendada como uma cidade farta em mulheres e sexo. Estes/as turistas dividem-se equitativamente entre os que viajam com a família (47,37%) e os que vêm sozinhos (30,26%) ou com amigos (17,11%). São, em sua maioria, professores, engenheiros, vendedores e estudantes, com uma renda média anual considerada muito baixa para os padrões europeus – US\$ 20.372,97 – e muito abaixo da renda média anual do total de turistas vindos ao Brasil neste mesmo ano, que foi de US\$ 33.736,10. Em média, estes turistas permaneceram dez dias na cidade, gastando em torno de US\$ 74,75 por dia, um pouco abaixo da média global do país, que é de US\$ 84,38. Cerca de 80% hospeda-se em hotéis, mas 18,18% ficam em casa de amigos e/ou parentes e quase 40% já vieram ao Recife mais de uma vez.

Há, no Estado, 3.641 estabelecimentos classificados como turísticos, segundo a Embratur e, destes, 559 são do ramo de alojamento (MTE/RAIS, 2000). No ano 2000, o setor turístico empregava 36.562 pessoas, numa média de dez empregados/as por estabelecimento. Dados da própria Embratur, no entanto, mostram que, entre 1995 e 2000, os cálculos utilizados para a aprovação de projetos turísticos em todo o país – que envolvem incentivos fiscais e financiamentos de instituições financeiras multilaterais – previam uma média de 58 empregos gerados diretamente por cada um dos projetos aprovados. Neste período, foram aprovados

107 projetos, totalizando cerca de 2 bilhões e 600 mil reais em investimentos, 26,7% dos quais sob a forma de incentivos fiscais. O investimento direto da iniciativa privada não chegou a 50% do total de recursos aprovados.

No total de pessoas empregadas pelo setor, 40,1% são mulheres e 53,5% têm até o primeiro grau completo. Quanto aos salários, 81,5% ganham até três salários mínimos, percentual maior que os 68,5% do total de empregados/as no setor em todo o país. Esta diferença entre Pernambuco e o Brasil permanece também no caso das faixas salariais mais elevadas: para todo o Brasil, 4,7% ganham mais de 10 salários mínimos, enquanto em Pernambuco esse percentual é de apenas 2% (MTE/RAIS).

A despeito do desempenho no mínimo questionável do modelo de desenvolvimento turístico que está sendo implantado e, apesar de ser um estado rico em atrações históricas, culturais e naturais, com grande potencial para alavancar a indústria turística, nas duas últimas décadas o Governo do Estado, em aliança com prefeituras de municípios litorâneos e com a indústria hoteleira e da construção civil, vem optando por promover fortemente o turismo ligado às praias e à vida noturna. Embora não se possa negar, nos últimos quatro anos, o esforço em construir novas alternativas turísticas baseadas na cultura local, temos que reconhecer que o impacto destas medidas tem sido mais significativo sobre o turismo interno do que sobre o turismo internacional. Este continua basicamente concentrado nas áreas litorâneas, das quais a praia de Boa Viagem é o seu principal emblema. Nos últimos vinte anos, a praia de Boa Viagem viu mudar sua feição urbana, enchendo-se de hotéis e pousadas dos mais variados tipos, de prédios de apartamentos de um quarto e de *flats*, numa clara opção pela ocupação do bairro por turistas e pessoas solteiras. Do mesmo modo, foram incentivadas as oportunidades para a abertura de bares, restaurantes e lojas em detrimento da construção de espaços culturais e esportivos e da oferta de outros equipamentos sociais. O incentivo aos vôos *charter* vindos da Europa, no final dos anos oitenta, ocupados quase que exclusivamente por homens em busca de diversão sexual, foi uma das peças dessa engrenagem.

A indústria do turismo tem gerado empregos e riqueza para a cidade, mas reproduz o perverso mecanismo das desigualdades sociais, criando postos temporários não especializados e mal remunerados, ocupados pela população de baixa renda que, há muitos anos, vive à margem do mercado formal de trabalho. Para as mulheres, a indústria do turismo criou um próspero mercado sexual, evidenciado na transferência da prostituição de rua do centro do Recife para as avenidas da zona sul e no crescimento e diversificação do grupo das garotas de programa. Criou ainda uma espécie de mercado *afetivo* ou matrimonial, expresso através do fenômeno das meninas e mulheres que sonham em casar com um estrangeiro que lhes ofereça melhores condições de vida no Brasil ou no exterior. Se levarmos em conta a situação de extrema desigualdade de gênero vivida pelas mulheres do Recife, em especial as mais pobres, é possível compreender o poder de atração do turismo sexual. O poder público, porém, podendo decidir por políticas que transformem o contexto socioeconômico em direção a uma melhor distribuição da riqueza, vem sistematicamente optando por políticas que favorecem as elites e destinam às mulheres um lugar de maior subordinação, embora com maior acesso a recursos financeiros.

Como em qualquer outro lugar onde o turismo sexual é uma atividade econômica importante, também aqui ele está articulado com outras redes criminosas, como o narcotráfico, o tráfico de armas e de pessoas, a venda ilegal de pedras preciosas, a exploração sexual de mulheres e menores, a pornografia, a pistolagem e, até pouco tempo, a venda ilegal de moedas estrangeiras. Na América Latina, os países que têm recebido maior cobertura da imprensa e atenção internacional quanto ao tema do turismo sexual são a Costa Rica e o Brasil (Phibes,

2001: 12). O Recife chegou a ser considerado por um jornal canadense como a *capital latino-americana do turismo sexual* (The Globe and the Mail, 1995).

O turismo sexual também expressa as relações de poder entre homens e mulheres e revela o lugar de subordinação ocupado pelas últimas, tanto mais agravado quanto ao fato de ser mulher soma-se a condição de pobre e negra ou mestiça – que é o perfil da grande maioria das mulheres envolvidas no turismo sexual. Não é casual que assim seja. Pelo contrário, este perfil é revelador do modo articulado como operam as hierarquias de gênero, classe social e raça em nossa sociedade e, ainda, ilustrativo da radicalidade de alguns de seus resultados ao nos permitir perceber o modo como a reunião destas *condições de submissão* em sujeitos singulares torna-os socialmente vulneráveis. No Brasil, a vulnerabilidade econômica em que se encontra a maior parte das mulheres torna mais provável que elas troquem sexo por dinheiro ou favores e menos provável que negociem proteção e que se afastem de relações arriscadas (Gupta, 2001). As relações entre homens e mulheres no turismo sexual se mantêm, via de regra, no registro da tradição: através da oferta de serviços sexuais ou domésticos. No caso das prostitutas, a relação é claramente comercial, mas em boa parte dos casamentos oriundos do turismo sexual há uma adaptação perversa dos papéis de esposa, prostituta e trabalhadora doméstica nos seus aspectos de maior subordinação que, em alguns casos, transmuda-se em exploração.

As razões estruturais – de classe, gênero e raça – que levam as mulheres ao envolvimento com o turismo sexual somadas ao elemento de vontade e ação no sentido de transformar a própria vida colocam estas mulheres em uma dupla armadilha. A primeira refere-se ao seu próprio contexto, que lhes deixa poucas vias de sobrevivência para além das tradicionais alternativas femininas: o casamento, a prostituição e o trabalho doméstico, as duas primeiras articuladas à idéia de provisão masculina, permanente no caso do casamento e eventual no caso da prostituição, e a última, impregnada do imaginário escravocrata e concretamente vivida em precaríssimas e injustas condições. Na maior parte dos casos das mulheres que se envolvem com o turismo, esta última alternativa é peremptoriamente recusada e as duas primeiras são, geralmente, mal-sucedidas, seja porque os casamentos são precários ou violentos, seja porque a prostituição não se converte em fonte segura e suficiente de rendimento. A procura por um marido estrangeiro ou pela prostituição em outro país aparece como solução no mínimo alentadora para os reiterados fracassos na realização de seus projetos de vida.

A segunda armadilha é resultado direto da primeira e refere-se ao fato de que uma vez envolvidas com o turismo sexual, estas mulheres automaticamente passam a fazer parte do grupo de mulheres *moralmente condenáveis*. Excluídas da família tradicional, do casamento e do mercado de trabalho formal, ainda que não sejam de modo algum criminosas, são social e culturalmente percebidas como potencialmente infratoras. O fato de serem pobres ou miseráveis já as coloca no lugar de cidadãs de segunda classe, cujas restrições no acesso e exercício de direitos são largamente conhecidas, mas o fato de, além disso, viverem à margem da moral sexual dominante as situa em uma condição que está muito próxima da ausência absoluta de cidadania. Sobretudo pelo fato de que são muitas vezes vistas como pessoas não merecedoras de direitos, porque haveria algo de duvidoso e, portanto, marginal em sua conduta.

É possível pensar que o envolvimento das mulheres com o turismo sexual expresse uma tentativa de resistir e superar as dominações de classe e raça, sem que, contudo, alterem-se as relações de subordinação de gênero. A garota de programa que busca o *príncipe* – tal como a mídia e a literatura a descrevem – e a prostituta que busca melhores condições de trabalho na Europa, exprimem tentativas de mobilidade social e reposicionamento na hierarquia racial.

Ser esposa de um europeu branco e rico faz com que escapem do destino de negra e pobre, embora não lhes retire a condição de mulher dominada.

A experiência tem demonstrado que projetos de desenvolvimento que não levem em conta a existência e a condição diferenciada de homens e mulheres – sobre as quais irão incidir os impactos também diferenciados das ações destes projetos – terminam por consolidar desigualdades e injustiças seculares ao mesmo tempo em que constroem novas injustiças e desigualdades. A realidade do estado de Pernambuco revela os resultados desiguais do processo de desenvolvimento colocado em prática nas últimas décadas. As alternativas de inserção social e profissional das mulheres ainda estão ligadas ao desempenho de funções tradicionalmente consideradas como femininas e, como uma expressão das relações desiguais de poder entre mulheres e homens, os lugares ocupados pelas mulheres são também menos valorizados e pior remunerados.

Ao mesmo tempo, a emergência do movimento de mulheres, a conquista de novos direitos e a construção de um novo imaginário social no qual a idéia de igualdade e justiça está fortemente presente, tem tido um impacto sobre a cultura no sentido de justificar e legitimar novas vias de inserção social e econômica das mulheres, e também tem permitido que as mulheres se dêem o direito de construir projetos pessoais que se afastem das alternativas tradicionais a elas oferecidas. A realização prática destes projetos está, porém, na dependência da posição concreta destas mulheres na estrutura social, pois só é possível construir projetos pessoais não tradicionais em um contexto em que há alternativas simbólicas e materiais para isso. Ou seja, é preciso que as escolhas das mulheres possuam algum grau de legitimidade cultural e de possibilidade real de materialização. É pouco provável que uma menina favelada e pouco escolarizada que convive em um ambiente onde a comunidade espera que ela consiga um bom casamento e seja uma boa mãe de família, seja capaz de elaborar para si própria, por exemplo, o projeto de ser engenheira. O próprio desejo, nessas condições, fica limitado. Além disso, o projeto é ainda imensamente limitado pelas ofertas concretas de possibilidades oferecidas pelas políticas públicas e sociais.

O melhor exemplo disso são os projetos de desenvolvimento turístico, notadamente o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), que está sendo implementado em praticamente toda a costa nordestina. Na medida em que, em sua formulação, o Prodetur não considera a existência diferenciada de homens e mulheres nas comunidades em que está sendo implantado (como, de resto, também não considera as diferenciações de classe e raça) termina por oferecer às mulheres, de modo precário e na maior parte das vezes em postos temporários, os lugares tradicionais do trabalho doméstico e dos serviços sexuais. E, com isso, favorece imensamente o turismo sexual por criar as condições de existência de uma oferta de mulheres e meninas disponíveis para um relacionamento amoroso e sexual com estrangeiros e por não coibir a procura dos estrangeiros, permitindo a existência de redes criminosas e o estabelecimento de atividades comerciais sem controle, fiscalização ou regulação por parte do estado. Esta é uma das faces perversas de um modelo de desenvolvimento que entende tais atividades como geradoras de riqueza para o município e o estado mesmo que seja à custa da ilegalidade e do crime, em que as vítimas fazem parte dos setores menos favorecidos da população – para os quais jamais retornará a suposta riqueza gerada neste setor.

*Ana Paula Portella é Coordenadora de Pesquisa do SOS Corpo,
Recife (Pernambuco), Brasil.*

Mesa II:

**Livre comércio, turismo e desenvolvimento:
Uma análise de tendências, impactos e estratégias**



OS TRATADOS DE LIVRE COMÉRCIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Rodrigo Ruiz Rubio

Há mais de 5000 anos, na costa central do território que hoje é conhecido como Peru, existiram sociedades complexas que alcançaram um impressionante desenvolvimento tecnológico, cultural e econômico, fato histórico que levou o nosso país a ser considerado como um dos focos de desenvolvimento civilizatório autônomo do mundo.

O Peru apresenta características ecológicas muito especiais que o posicionam como um dos cinco países com maior diversidade biológica do planeta. Apresenta 4.400 espécies de plantas de propriedades conhecidas; 182 espécies nativas domesticadas que o situam em primeiro lugar a nível mundial; 28 dos 32 climas do mundo; primeiro em variedade de peixes, e possuímos mais de 3.000 variedades de batata. Além disso, somos o segundo país na América Latina a possuir mais bosques tropicais e o quarto no mundo.

Em resumo, o Peru é um país natural e culturalmente privilegiado no cenário mundial. No entanto, sua trajetória histórica desde a época da colônia e durante a república não tem sido muito afortunada para a maioria de sua população e para o próprio entorno ecológico.

A partir do ano de 1990, aplica-se uma violenta política de ajuste estrutural como parte dos acordos com os organismos financeiros internacionais, com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Esta política teve devastadores efeitos sociais como mostram as seguintes cifras:

- 5 milhões de peruanos não têm nenhum tipo de acesso a atendimento em saúde por causa de sua precária situação econômica.
- 2,5 milhões de pessoas estão sem trabalho e 14 milhões são subempregados.
- Entre os anos de 1997 e 2000, 1.500 empresas industriais nacionais passaram por uma reestruturação, produto de sua grave situação econômica. Isto motivou a perda de 600 mil postos de trabalho.
- Quase dois milhões e meio de peruanos que não eram pobres passaram à situação de pobreza durante o período 1997-2000.
- O Peru foi catalogado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em maio de 2004, como um dos 10 países com nível crítico de segurança alimentar.

Contraditoriamente, este duro panorama esteve acompanhado de um processo de crescimento macroeconômico¹ e de forte “investimento” estrangeiro, chegando a possuir, no ano de 2001, o regime de investimento estrangeiro mais livre da América Latina, de acordo com a avaliação do *Wall Street Journal* e da *Heritage Foundation*.

Enquanto isso, o turismo

É a partir do ano de 1997 que o turismo vem experimentando um crescimento importante, convertendo-se, segundo cifras oficiais, na segunda fonte geradora de divisas para o país, depois da mineração.

¹ “As nossas cifras macro são as melhores, temos níveis históricos de reservas, maior estabilidade econômica e as nossas exportações estão crescendo a um ritmo acelerado”. Declarações de Javier Silva Ruete, presidente do Banco Central da Reserva em maio de 2004.

Chegadas ao Peru entre 1997-2000

Anos	1997	1998	1999	2000
Chegadas ao Peru	747.000	820.000	944.000	1.026.847
Crescimento porcentual	12,67 %	9,77 %	15,12 %	8,78 %

Fonte: MITINCI (Ministerio de Industria, Turismo, Integración y Negociaciones Comerciales Internacionales) -BADATUR (Base de datos turístico del Perú)

Esta situação motiva um renovado interesse do Estado e do setor privado pelo desenvolvimento do turismo, gerando-se um processo crescente de organização do setor e promoção dos investimentos, a partir de uma perspectiva que mantém relação direta com as políticas neoliberais. Por isto, não surpreende que enquanto o turismo e, portanto, a renda gerada pela atividade cresciam, milhões de peruanos passavam à situação de pobreza, principalmente nas zonas rurais, onde essencialmente se encontram os principais destinos turísticos do país.

Para ser mais preciso sobre a dinâmica que vem apresentando o turismo no nosso país, basta observar as seguintes estatísticas.

Porcentagem de pobreza e chegada de turistas a estabelecimentos de hospedagem

Departamento	Pobreza Total*	Turistas estrangeiros**
Cuzco	75,3%	410.448
Amazonas	74,5%	1.486

* A pobreza no Peru 2001/ INEI IRD , Junho de 2002

** Número de chegadas de viajantes a estabelecimentos de hospedagem, MITINCI 2001.

Dentro deste panorama, forma-se no ano 2000 a CEPRI (Comité Especial de Privatización) Turismo, entidade encarregada de levar adiante os processos de concessões turísticas de nossos recursos naturais e culturais, organismo pertencente à Pro Inversión, a qual é a instituição estatal encarregada de levar adiante todos os processos de privatizações e concessões dos bens da nação. Processos questionados até pelo próprio Congresso da República por serem suspeitos de monopólio, fraude e corrupção.

O Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos e o Peru

Assim que os Estados Unidos vêm frustradas suas intenções de impor uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pela objeção das duas economias mais fortes do sul do continente que são Brasil e Argentina, Washington muda de estratégia e realiza negociações bilaterais diretamente com alguns países, entre eles o Peru.

Esta estratégia está baseada na execução do Tratado de Livre Comércio (TLC), que viria a ser um acordo integral de livre comércio de cumprimento obrigatório. Inclui temas-chave da relação econômica, mas transcende a esfera do comércio e abarca outros âmbitos fundamentais para o futuro do país, como a imposição de uma visão de desenvolvimento e o controle de territórios e recursos.

O TLC incorpora assuntos relativos ao:

- Comércio de serviços, telecomunicações, finanças, construção, *software*, saúde, compras governamentais, produtos agrícolas, entre outros.
- A promoção e proteção de investimentos.
- Os direitos de propriedade intelectual, patentes de plantas e animais que tenham algumas variações genéticas e de métodos terapêuticos e de diagnóstico.
- Normas trabalhistas, ambientais e mecanismos de solução de controvérsias judiciais com empresas dos Estados Unidos.

O que este TLC busca é consolidar e aprofundar as reformas neoliberais da década de 1990, levando a uma supremacia absoluta do mercado e das empresas principalmente estrangeiras, inclusive sobre o próprio Estado. Assim, o país fica impossibilitado de definir leis nacionais e políticas sociais ou de qualquer índole que afetem os interesses comerciais e os direitos conferidos às empresas pelo TLC.

Um exemplo do cenário que dramatizaria o TLC seria o que temos com um acordo comercial já assinado com os Estados Unidos no contexto da “luta contra as drogas”, levando em conta que o Peru é o segundo produtor de folha de coca e cocaína no âmbito mundial. É a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação da Droga (APTDEA), com a qual nosso país se compromete a avançar na erradicação da produção e comercialização da droga a troco de que os Estados Unidos facilite a entrada de alguns produtos de exportação em seu país. Durante o primeiro ano após a assinatura do ATPDEA “conseguimos exportar” US\$ 2,356 bilhões, dos quais somente 8,5% (199 milhões) estiveram constituídos de produtos agrários não tradicionais. Assim, mais de 90% das exportações ficaram com o setor de mineração, que está nas mãos de transnacionais estadunidenses.

Assim como a ATPDEA, o TLC limita nossas exportações a produtos exóticos ou contra-estacionais que procedem principalmente de alguns agricultores médios e grandes da costa. Enquanto isso, a maioria dos agricultores que produzem alimentos para o mercado interno estará expostos à desleal concorrência de produtos agrícolas de consumo de massa, subsidiados pelos Estados Unidos.

Dentro deste cenário, o setor privado e as autoridades setoriais vêm elaborando o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR) 2005-2015, que tem dentro de seus princípios eixos: “Desenvolver o programa de concessões de serviços e infra-estrutura turística no entorno de monumentos arqueológicos, áreas naturais protegidas, bosques de proteção, entre outros”.

Um exemplo deste tipo de processo que já está funcionando, superando inclusive estas propostas, são as concessões (privatizações) para o ecoturismo de extensas áreas de zonas protegidas pelo Estado. Atualmente, o Instituto Nacional de Recursos Naturais (INRENA) entregou em concessão por 40 anos renováveis, 21.481 hectares de bosque em Tambopata, que é uma das reservas de maior biodiversidade do planeta. Esta concessão considera a elaboração por parte do beneficiário de um plano de manejo e pesquisa que inclui facilidades para a bioprospecção e facilidades para a exportação de material biológico. O INRENA receberá, por esta concessão, somente 4.296 dólares anuais que servirão para a supervisão do plano de manejo e para a fiscalização do bosque.

Apesar de que o TLC, dentro do conhecido e tendo em vista o sigilo de suas negociações, não esteja incluindo diretamente o setor turístico, os processos que estão criados neste setor facilitariam definitivamente a aplicação de muitas das cláusulas do TLC. Considerando que

um dos principais interesses dos Estados Unidos são as patentes de recursos biológicos, as concessões, como as descritas acima, poderiam facilitar enormemente a efetivação destes interesses.

No Peru, são as comunidades rurais camponesas e indígenas que abrigam em seus territórios ou estão diretamente relacionadas às maiores manifestações de nosso patrimônio natural e cultural. Quase a totalidade delas tem como principal atividade econômica a agricultura de produtos de consumo de massa, que comercializam no mercado interno e, portanto, veriam-se diretamente afetadas pela assinatura de um TLC, já que as exportações agrárias que este procura introduzir são de consumo de massa. Um claro exemplo é a pretensão dos Estados Unidos de obter, ao assinar o tratado, o abastecimento de 50% do consumo de milho em nosso país.

As negociações do TLC vêm sendo encabeçadas pelo Ministro da Indústria, Comércio, Turismo e Integração, que demonstrou sua submissão aos interesses estadunidenses. Já temos a triste experiência do chefe das negociações no setor de patentes, que era o encarregado de zelar pelos interesses nacionais. Renunciou à representação de nosso país para ocupar imediatamente um importante cargo da transnacional farmacêutica *Pfizer*, justamente uma das empresas que exerce maior pressão para desregular a bioprospecção e as patentes no nosso país. O próprio presidente da República fez lamentáveis declarações frente às críticas sobre a assinatura do TLC, expressando que o “TLC se assina sim ou sim”, deixando de lado as justas observações de grandes e representativos setores da população a respeito dos funestos efeitos que acarretariam o TLC.

A situação que se vislumbra é de um maior empobrecimento para a maioria da população, e de maneira mais dramática nos setores rurais que já são no momento os que ostentam os níveis de pobreza mais críticos. Como expressamos anteriormente, os recursos turísticos justamente ficam nas zonas onde se encontram os grupos populacionais que serão os mais afetados pelo TLC, circunstância que os porá em uma situação sumamente difícil frente à apropriação de seus recursos e sua luta pela defesa dos mesmos.

Rodrigo Ruiz Rubio é Presidente da Associação para a Defesa e Desenvolvimento de Kuelap (ADDK), Kuelap (Amazonas), Peru.

DESENVOLVENDO UM MARCO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO TURISMO DENTRO DA OMC E DO ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

KT Suresh e Vidya Rangan

O Conselho de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC) identificou o mês de maio de 2005 como o prazo final para todos os países apresentarem pedidos e ofertas na nova roda de negociações.

Dentro do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), 125 dos 148 membros da OMC já se comprometeram em relação a serviços de viagem e turismo – o mais abrangente entre todos os setores de serviço. No entanto, tal liberalização do turismo está sendo almejada pela OMC, sem reconhecimento dos seus existentes e potenciais impactos sobre a sustentabilidade socioeconômica. A necessidade neste momento é que os países empreendam uma avaliação dos impactos do GATS sobre seus setores de turismo doméstico, e a previsão para tal avaliação é feita dentro do próprio acordo do GATS. Esta necessidade é mais urgente para os países em desenvolvimento já que o turismo é o principal gerador de exportações para 83% do mundo em desenvolvimento.

Levando isto em conta, este estudo de pesquisa desenvolveu uma estrutura para estudar os impactos potenciais do GATS sobre o turismo nos países em desenvolvimento. A OMC solicita de seus governos-membros compromissos que são desenhados para alcançar a liberalização progressiva do turismo. Porém, os países são também signatários de outros compromissos internacionais que são desenhados para alcançar a sustentabilidade do turismo – como o Código Global de Ética no Turismo da Organização Mundial de Turismo e as normas do turismo sustentável desenvolvidas pela CDS (Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas) e a CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica). Este estudo de pesquisa adotou estas normas do turismo sustentável como sua base normativa e desenvolveu uma estrutura para assistir os países no processo de empreender uma avaliação do GATS sobre o turismo sustentável.

A estrutura de avaliação desenvolvida neste estudo compreende 16 indicadores, os quais analisam os impactos do GATS segundo cinco dimensões do turismo – política, econômica, ambiental, social e institucional. O estudo também ilustrou a significância dos indicadores em cada seção com estudos de caso do mundo em desenvolvimento.

Avaliação do componente econômico

A estrutura identificou cinco indicadores para ressaltar os impactos do GATS na dimensão econômica do turismo. Em contraste com os indicadores identificados pela *Tourism Satellite Account* (Conta Satélite de Turismo) – uma ferramenta estatística concebida pelas Nações Unidas para calcular o benefício econômico da indústria do turismo – os indicadores nessa estrutura ressaltam a sustentabilidade econômica do turismo. Isto foi explicado usando o estudo de caso de Fiji, que aderiu a OMC em 1996 e realizou negociações em dois sub-setores do turismo – hotéis e restaurantes.

Um dos indicadores nesta seção é avaliar a extensão na qual a economia de um país é insustentavelmente dependente do turismo – em outras palavras, será o turismo uma

exportação de monocultivo para a economia? A significância desse indicador pode ser entendida com a ilustração do setor de turismo de Fiji, o qual contribui com 23% do PIB (Produto Interno Bruto) e gera 36,6% de todos os ganhos de exportação no país. Em anos recentes, a economia tem crescido fortemente e dependente do turismo para criar renda e emprego para as pessoas locais. No entanto, como o turismo é enormemente vulnerável a fatores externos e internos, esta alta dependência das receitas do turismo é uma séria causa de preocupação.

Por exemplo, durante os golpes militares de 1997 e 2001, os quais causaram instabilidade política e econômica em Fiji, o PIB da economia caiu a 2,8%. A principal razão para isto foi a caída da receita do turismo em razão do decréscimo das chegadas de turistas estrangeiros. A maioria dos turistas estrangeiros são trazidos à Fiji por companhias aéreas estrangeiras como Qantas (Austrália) e *Air New Zealand*. Mas durante o período dos golpes militares, estas companhias aéreas decidiram não operar vôos a Fiji por razões políticas e estratégicas, reduzindo drasticamente, assim, a chegada de turistas estrangeiros à Fiji.

Portanto, no caso de Fiji, a alta dependência do setor turístico das companhias aéreas estrangeiras e a alta dependência de toda a economia das receitas do turismo tornaram a economia insustentável a longo prazo. No contexto da liberalização através do GATS, tais fatores requerem uma séria consideração. Os países devem ser capazes de avaliar se a liberalização aumenta a dependência do setor turístico ou se ela ajuda a ampliar a base econômica da economia, fazendo-a mais sustentável.

Outro indicador identificado por este estudo é estudar o aspecto da evasão das receitas turísticas. Em muitos países em desenvolvimento, o turismo é caracterizado por altas taxas de evasão na importação e exportação que reduzem enormemente os benefícios do turismo à economia local. Em Fiji, a taxa de evasão é estimada em 56%. É importante notar que o setor de hospedagem, o qual é responsável pelas mais altas receitas no turismo, também possui a mais alta taxa de evasão. A principal causa de evasão das receitas do turismo em Fiji é a exportação do dinheiro através das cadeias de hotéis internacionais que repatriam os lucros para os seus países de origem. Em Fiji, as cadeias de hotéis internacionais são donas de 25% do setor de hospedagem, indicando, assim, por quê a taxa de evasão é tão alta. Uma tão alta taxa de evasão reduziu o benefício econômico do turismo para as populações locais, já que uma alta porcentagem dos ganhos sai do país através de benefícios e pouco permanece dentro da economia local.

Para controlar esta evasão de receitas, em 2004, o governo de Fiji aprovou a Lei de Investimento Estrangeiro, a qual põe restrições sobre as atividades de investidores estrangeiros em muitos setores, incluindo o turismo. Por exemplo, um operador de cruzeiros de lazer deve ter pelo menos 51% de seu investimento nas mãos de cidadãos de Fiji. Tal limitação de propriedade pode ajudar a reduzir o problema das evasões através do aumento da propriedade local na indústria do turismo. Mas enquanto esta legislação é crucial, é importante perguntar se seus regulamentos são válidos no contexto do GATS. Sob o GATS, os países têm permissão de estabelecer apenas seis tipos de limitações específicas de acesso a mercados – como limitar o número total de provedores de serviço ou limitar a participação estrangeira no setor. Então, se os países desejam restringir o acesso ao mercado no turismo, eles têm que indicar isso claramente sob uma dessas seis limitações nas suas listas de compromissos dentro do GATS. No caso de Fiji, os seus compromissos apenas estabelecem que as atividades de turismo devem estar sujeitas à regulação governamental; e nenhuma limitação específica foi identificada. Portanto, a validade dessa importante legislação é questionável no contexto do GATS e anularia os mecanismos úteis da legislação.

Avaliação do componente ambiental

A dimensão ambiental dos impactos do turismo foi avaliada no estudo sob três indicadores – perda da diversidade biológica, esgotamento e acesso a recursos naturais, e poluição. Estes indicadores foram identificados para avaliar os impactos do turismo sobre a sustentabilidade ambiental nos destinos e o papel que o GATS poderia ter no agravamento dessa situação.

Nos países da África Oriental como o Quênia e a Tanzânia, o desenvolvimento descontrolado do turismo levou à perda em diversidade biológica incluindo a vida selvagem terrestre e marinha. Dentro dos parques nacionais e áreas protegidas, problemas como dirigir fora da estrada por parte dos turistas e operadores turísticos impactou severamente a vida selvagem, levando a mudanças comportamentais e esgotamento de espécies. Um exemplo é a Reserva *Maasai Mara Game* no Quênia, a qual tem o maior número de visitantes na África Oriental – ao redor de 200.000 por ano. Existem aproximadamente 25 alojamentos permanentes dentro do parque, dos quais apenas alguns têm sistemas de remoção de resíduos apropriados. O congestionamento dentro do parque levou à diminuição das populações de zebras e gnus e mudanças comportamentais no leopardo. Portanto, fica claro que em tais áreas o turismo está se desenvolvendo de uma maneira ambientalmente insustentável. A não ser que os governos estabeleçam claramente limitações de acesso ao mercado dentro do GATS, investidores estrangeiros estarão livres para vir e instalar hotéis dentro de áreas protegidas e incrementar a congestão.

No contexto da sustentabilidade ambiental do turismo, também é importante olhar para o acesso das comunidades a recursos naturais como água e terra. Em muitos países em desenvolvimento, o desenvolvimento do turismo sobre-explora os recursos naturais da região e nega às comunidades locais o direito de acessá-los. O uso dos recursos deve ser vitalmente analisado no contexto do GATS – o qual é destinado a liberalizar e privatizar serviços básicos como água e saúde. A Tanzânia, por exemplo, é um país enfrentando escassez crônica de água em ambas áreas urbanas e rurais. Essa escassez de água tem sido causada por muitos fatores incluindo o exacerbado uso de água em áreas turísticas e em *resorts* através de piscinas e campos de golfe.

Enquanto essa é a realidade, os processos de globalização têm incrementado os problemas para a região. Desde o princípio dos anos 1990, instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm emprestado grande quantidade de dinheiro para apoiar a privatização da água na região. Em uma situação como essa, os impactos da liberalização através do GATS devem ser seriamente pesquisados. A liberalização doméstica e os processos de desregulamentação trilham o caminho para a posterior liberalização internacional através do GATS. Portanto, no caso dos países da África Oriental, a influência política de instituições financeiras internacionais tem forçado os governos a abrirem seus setores de serviço referentes ao meio ambiente e ao turismo através do GATS.

Dada a atual natureza desregulada do turismo e considerando os pobres mecanismos reguladores, abrir o setor do turismo a investidores estrangeiros terá consequências desastrosas para o meio ambiente.

Avaliação do componente social

A dimensão social dos impactos do turismo é a mais importante e difícil de avaliar. Por definição, o GATS não pode considerar estes impactos do turismo já que ele o vê apenas como um “serviço” a ser comercializado. Esta estrutura identifica quatro indicadores que analisam

os impactos do turismo em grupos socialmente vulneráveis como mulheres, crianças e povos indígenas.

Os impactos do turismo em cada um desses grupos são complexos e envolvem muitos processos. Por exemplo, os impactos do turismo em povos indígenas incluem marginalização econômica, negação de acesso a recursos básicos, contaminação cultural, riscos de saúde e violação dos direitos humanos. Analisando o caso do México, 81% da população indígena vive em terrível pobreza contra 18% da população não indígena (na mesma situação). As regiões com as maiores populações indígenas são também os destinos turísticos mais populares no país. Mas o desenvolvimento do turismo nessas regiões seguiu um modelo voltado para o mercado e apenas beneficiou grandes corporações sem apoiar as pessoas locais.

Nesse contexto, os processos de globalização apóiam uma forma de desenvolvimento que não tem beneficiado as comunidades locais. No México, a abertura de mercado através do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) destruiu os meios de vida de agricultores indígenas quando o mercado foi inundado com milho americano barato. A perda do sustento causada por este incidente fez com que essas comunidades se voltassem para o turismo como sua fonte de renda. Mas a vulnerabilidade da economia do turismo e sua estrutura corporativa não permitiram que os povos indígenas se beneficiassem do turismo.

A Declaração dos Povos Indígenas de Cancun articula as inquietações de comunidades marginalizadas com relação ao Acordo. O GATS perpetua a privatização de serviços básicos como saúde, água, energia e nega o acesso das comunidades a recursos sobre os quais eles têm direitos consuetudinários.

De forma semelhante, o desenvolvimento do turismo tem tido sérios impactos sobre as crianças. No Brasil, estima-se que mais de 1 milhão de crianças estão empregadas no bilionário mercado sexual do país. O setor turístico também usa o trabalho infantil indiscriminadamente, forçando as crianças a trabalhar em condições inumanas em hotéis e restaurantes, deixando-as vulneráveis à exploração sexual.

Tais severos impactos sociais do turismo podem apenas ser mitigados se os governos conscientemente estabelecerem restrições de seus compromissos dentro do GATS que protegem os grupos vulneráveis. Por exemplo, a última exigência do GATS na Índia restringiu o acesso a mercados em todos os setores de serviço, incluindo o turismo nas áreas dos *Programas V e VI*. Estas são regiões do país que foram especialmente identificadas pela Constituição Indiana em razão de sua condição social, ambiental e cultural única e, portanto, devem ser desenvolvidas de forma sustentável e sensível. Restringindo o acesso de provedores de serviços estrangeiros a essas áreas, o governo talvez seja capaz de evitar, ou pelo menos, atenuar os impactos sociais adversos do turismo nas vidas dos povos indígenas residentes nestas áreas.

Avaliação do componente institucional

Esta estrutura também desenvolveu quatro indicadores para avaliar os impactos do GATS no mecanismo institucional que dá suporte ao turismo em países em desenvolvimento.

Um desses indicadores é avaliar o marco regulador doméstico que governa o desenvolvimento do turismo no país. O desenvolvimento sustentável do turismo requer um

forte marco regulador e estrutura institucional para controlar e direcionar o desenvolvimento do turismo. Esta não é a situação na maioria dos países em desenvolvimento.

Na Índia, os múltiplos órgãos do governo envolvidos no desenvolvimento do turismo levaram à sobreposição da jurisdição e a uma pobre regulação. Também há uma falta severa de coordenação entre Ministérios centrais como o Ministério do Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Comércio. Esta falta de coordenação é um importante ponto a ser observado no contexto do GATS. Assim, é o Ministério do Turismo que regula o desenvolvimento do turismo e o Ministério do Comércio que negocia no GATS. A não ser que haja uma consulta conveniente entre essas duas agências do governo, assuntos preocupantes do desenvolvimento do turismo não poderão ser integrados nos compromissos do GATS no país.

Em relação à estrutura institucional, outro indicador importante é analisar os impactos do GATS nas capacidades dos governos locais no desenvolvimento do turismo. As normas de turismo sustentável enfatizam a necessidade do desenvolvimento do turismo ser um processo de baixo para cima. Um processo assim requer que se dê a governos locais e a comunidades locais o direito de tomar decisões no turismo.

Na Índia, a 73a e 74a emendas da Constituição outorgam poderes aos governos locais para tomar decisões acerca de seu desenvolvimento econômico e social. Tais poderes incluem o direito de decidir sobre uma variedade de fatores que influenciam o desenvolvimento do turismo como a concessão de terras, água e eletricidade, permissão para construção de hotéis e o direito de cobrar impostos. Embora esses direitos sejam constitucionalmente conferidos a governos locais, eles não são reconhecidos pelo GATS.

Isto se dá porque é dado a governos nacionais e não a governos regionais ou locais o direito de participar nas negociações da OMC sobre o GATS. Enquanto os governos locais não conseguem espaço para participar nas negociações, eles são profundamente impactados por elas. Os extraordinários poderes do GATS negam aos governos locais o direito de legislar ou regular sobre o desenvolvimento do turismo localmente, se isso viola os compromissos do país. Por exemplo, a decisão de um governo local de restringir o número de hotéis construídos em uma região ecologicamente sensível poderia ser desafiada na OMC se o governo nacional não houvesse mencionado essa restrição na sua lista de compromissos.

Estes indicadores, portanto, ressaltam a necessidade dos países de fortalecerem seus mecanismos institucionais domésticos e marcos reguladores, para assim garantir o turismo sustentável e entender os impactos potenciais do GATS.

Para concluir, este estudo foi realizado para enfatizar o déficit de pesquisas que existe hoje na análise compreensiva dos impactos potenciais do GATS sobre o turismo. A natureza do turismo difere amplamente entre os países como diferem os processos políticos que influenciam as negociações do GATS. Dadas estas variações, esperamos que esta estrutura para análise possa ser adaptada por países em desenvolvimento para que desenvolvam análises específicas sobre como o GATS impactaria a sustentabilidade do turismo (em seus países).

Modelo para avaliar os impactos do GATS sobre o turismo sustentável nos países em desenvolvimento

Estudos de Caso →	FIJI	ÁFRICA ORIENTAL	CARIBE	BRASIL	MÉXICO	ÍNDIA
Indicadores ↓						
I. IMPACTOS POLÍTICOS						
II. IMPACTOS ECONÔMICOS			✓			
1. Percentagem das receitas do turismo retidas localmente	✓					
2. Turismo como uma exportação de monocultivo	✓					
3. “Enclavização” ²	✓					
4. Potencial de geração de empregos	✓					
5. Papel de pequenas e medias empresas	✓					
III. IMPACTOS AMBIENTAIS			✓			
6. Perda de biodiversidade		✓				
7. Diminuição de e acesso a recursos naturais		✓				
8. Poluição		✓				
IV. IMPACTOS SOCIAIS						
9. Povos indígenas					✓	
10. Crianças				✓	✓	
11. Impactos culturais					✓	
12. Perspectiva de gênero				✓		
V. IMPACTOS INSTITUCIONAIS						
13. Marco constitucional						✓
14. Marco executivo						✓
15.Marco regulatório internacional						✓
16. Instituições internacionais						✓

KT Suresh e Vidya Rangan são do Programa Impactos da Globalização e Turismo da EQUATIONS, ONG sediada em Bangalore, Índia.

² Termo original em inglês: *Enclavisation*. Vem da palavra “*enclave*”, a qual se refere a um território fechado, culturalmente distinto do território estrangeiro que o rodeia.

Mesa III:

**Turismo e Pequenos Estados Insulares/Zonas Costeiras –
Desastres ecológicos iminentes? – Lições da tragédia do
tsunami.**



OS TSUNAMIS DE 26 DE DEZEMBRO - O DESASTRE NATURAL ANTINATURAL

Alfredo Quarto

As notícias dos tsunamis de 26 de dezembro inundaram os nossos sentidos repentinamente despertados. O mundo ficou chocado com a severidade desse desastre natural sem precedentes. Imagens vívidas de morte e destruição estarão para sempre impressas nas nossas psiques coletivas.

Parece inacreditável não haver tido um sistema de alerta que pudesse ter avisado a aqueles que estavam no caminho de morte do tsunami para que fujam para uma área mais alta. Um sistema assim poderia ter salvo muitas vidas e mitigado as graves perdas sofridas. Agora existem planos para estabelecer este sistema de alerta proposto para o Oceano Índico com um custo estimado de 30 milhões de dólares – um preço pequeno que, após o terrível fato dos tsunamis, a maioria dos governos está disposta a compartilhar.

Apesar de os tsunamis terem sido causados pelo terremoto de 9 pontos na Escala Richter – um evento natural em si mesmo – a tragédia subsequente foi amplificada por eventos antinaturais que nenhum sistema de alerta baseado no oceano e desenvolvido pelo ser humano poderia alterar. Na verdade, existiu um sistema de alerta no lugar, ou pelo menos amplos sinais de perigo pela frente para aqueles que podiam lê-los. No entanto, poucas pessoas leram estes sinais ou se preocuparam em prestar-lhes alguma atenção. Aqueles que o fizeram estavam em minoria. Fazendas de camarão, produção de carvão, campos de golfe, hotéis turísticos e restaurantes de frente para a praia e bares com mesas elegantemente postas na areia preferiram não fazer caso do perigo... até que de repente, as mesas foram tragicamente viradas sobre todos nós.

O desastre antinatural

Apesar de o evento do tsunami ter sido um desastre natural resultante do imenso terremoto que ocorreu no dia 26 de Dezembro de 2004, na costa norte de Sumatra na altura da província de Aceh, a alta quantidade de mortos pode ser parcialmente, senão amplamente, atribuída a um desastre antinatural provocado pelo ser humano. Este desastre antinatural precedeu os tsunamis que deram um golpe assim tão fatal ao longo das costas da Ásia e África. Este desastre anterior, que preparou o cenário para os eventos subsequentes do tsunami, foi provocado pelo ser humano, por sua ganância e curta visão, resultando no desaparecimento das zonas naturais de contenção existentes ao longo das mesmas costas que foram tão duramente atingidas pelos tsunamis. Extensas florestas de mangues, recifes de corais, bancos naturais de algas, dunas de areias, flora e outras características naturais serviam de barreiras contra o vento e as ondas. Uma vez removidas essas barreiras naturais protetoras, toda a força dos tsunamis açoitou as costas vulneráveis resultando no aumento do número de mortos tanto na Ásia quanto na África Oriental.

Muitos especialistas que estão estudando o desastre acreditam agora que onde remanesceram manguezais, recifes de corais e outras barreiras naturais, a força destrutiva resultante dos tsunamis foi muito menor, e nessas mesmas áreas protegidas muitas vidas foram poupadas. Esta hipótese será fortalecida na exposição a seguir. Ademais, será apresentado um efetivo caminho em direção à restauração e reparação na esperança de evitar um desastre natural-antinatural como esse no futuro.

Como foi afirmado, o sistema de alarme soou há muito tempo. Foram os gritos de advertência dos ecologistas de manguezais, comunidades locais e organizações não-governamentais (ONGs) que protestaram pela expansão ilegal da aquíicultura de camarões, turismo e outras indústrias insustentáveis ao longo dessas mesmas disputadas costas.

As comunidades locais, que uma vez estiveram abrigadas das tempestades por essas barreiras naturais, foram expostas a esse tipo de desastre por causa da anterior exposição a outro desastre – o desenvolvimento industrial largamente desregulado e pobremente planejado ao longo da vital zona costeira. Este desenvolvimento freqüentemente ilícito e controverso foi amplamente apoiado e promovido por agências financiadoras internacionais como o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento da Ásia e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), assim como pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Estas instituições freqüentemente controversas devem ser destacadas por seus atrozes erros pregressos ao apoiarem formas de desenvolvimento destrutivas e insustentáveis que deixaram as costas das regiões afetadas vulneráveis como feridas abertas esperando o golpe fatal dos tsunamis de dezembro.

Apesar de que existiram advertências de que um desastre assim iria acontecer, poucos no governo ou na indústria prestaram atenção. Em vez disso, eles ignoraram as amplas advertências favorecendo as políticas de gestão comprovadamente insustentáveis que posteriormente degradaram estas zonas costeiras protetoras. Através das décadas de 1980 e 1990, o cultivo de camarão foi fortemente apoiado por milhões de dólares de empréstimos do Banco Mundial, assim como pela FAO através de pesquisas e programas de desenvolvimento ao longo das mesmas linhas costeiras que os tsunamis golpearam.

“O Banco Mundial participou ativamente no lançamento da indústria camaroneira na Ásia. De um investimento de US\$ 1,685 bilhões em 1992 para a agricultura e pesca indianas, o Banco Mundial designou US\$ 425 milhões para o desenvolvimento da aquíicultura (Mukherjee, 1994). Uma parte substancial dessa soma parece ter sido destinada à intensificação e expansão de viveiros de camarão. O envolvimento do Banco Mundial na aquíicultura camaroneira e o desenvolvimento de incubadoras e outras facilidades relacionadas ao cultivo de camarão ilustram as tendências em direção à integração vertical internacionalmente organizada dessa indústria (O’Neil, 1994, 10-11)...” (Solon Barraclough, ed al *Some Ecological and Social Implications of Commercial Shrimp Farming In Ásia*, 1995).

Este apoio massivo dessas agências governamentais e inter-governamentais levou a uma expansão rápida e descontrolada da carcinicultura no mundo em desenvolvimento, especialmente afetando as regiões de manguezais. O cultivo de camarão é considerado a causa número um da perda dos manguezais por muitos pesquisadores que documentaram a taxa de perda dos manguezais, que se encontra aproximadamente entre 1% a 2% por ano.

Outras causas de perda incluem o turismo, indústrias de carvão e petróleo, expansão urbana, barragens e problemas de poluição. No entanto, a criação de camarões se sobressai entre estas causas como fator principal nas recentes perdas de manguezais. O eminente pesquisador, Dr. Jurgenne Primavera do Departamento de Aquíicultura, Centro de Desenvolvimento Pesqueiro do Sudeste Asiático (SEAFDEC) nas Filipinas escreve: “Viveiros para cultivos de peixe e camarão contribuem para a destruição de 20-50% dos manguezais por todo o mundo nas décadas recentes.... A dizimação de manguezais ao longo da linha costeira das Filipinas contribui em parte para as grandes perdas de vidas e propriedades infligidas por uma média de 20 tufões e tsunamis a cada ano – ao redor de 3.000 mortes na província de Zamboanga em 1976, 1.000 no norte de Panay em 1984 e 7.000 em Ormoc e outras cidades de Leyte em 1991.

Nos *Sundarbans* de Chokoria em Bangladesh, os manguezais protegeram as populações de uma onda gigantesca em 1960, mas uma onda similar causou milhares de mortes em 1991, após a instalação de fazendas de camarão. (Shultna, 1994 in Barraclough and Finger-Stich, 1995).” (J. H. Primavera, Socio-economic Impacts Of Shrimp Farming, SEAFDEC, 1996, p. 3).

Esta mesma perda da barreira protetora desempenhou um papel decisivo no aumento das consequências destrutivas dos tsunamis. Apesar de não ser possível dar cifras exatas da perda final de vidas e propriedades causada por estas decisões anteriores e desastres ocasionados pelo ser humano, deve ser ainda considerado que milhares de vidas inocentes poderiam ter sido salvas se as terras úmidas dos manguezais e ecossistemas relacionados tivessem sido deixadas intactas.

“Apesar de que a conversão a tanques de sal, agricultura, assentamentos e superexploração por moradores da costa causaram o declínio dos manguezais, a aquicultura permanece sendo o fator principal, ao menos no sudeste asiático (Primavera, 1995, 1997). As altas taxas (25-80%) das perdas de manguezais na região, nas últimas três décadas (Low et al., 1994), coincidiram com a Febre do Camarão dos anos 80 (Primavera, 1997, 1998b)”.

Os manguezais desempenham um papel fundamental na proteção contra ventos tempestivos e ondulações, que têm sido documentados em outras nações, como Filipinas e Bangladesh.

Uma perigosa tendência abriu precedente

Desde a década de 1960, as florestas de mangues do sudeste e leste asiáticos têm sido desmatadas ou seriamente degradadas para dar passo à criação de camarão comercial e para criar uma indústria massiva de turismo. No processo, regulamentos que existiam para proteger os manguezais foram largamente ignorados resultando em perdas massivas da zona amortecedora de manguezais e corais. Algumas nações perderam 70% de seus manguezais para o desenvolvimento insustentável da costa. A criação de camarões e o turismo prosperaram por um curto período, mas a perda resultante dos cinturões verdes naturais abriu espaço para problemas que de longe ultrapassavam os benefícios.

Foi identificado que mais de 250.000 ha de viveiros de camarões abandonados existem agora ao redor do mundo, a maior parte deles localizados em anteriores zonas úmidas produtivas. Desde que três quartos de espécies de peixes comerciais tropicais e subtropicais passam parte de seu ciclo de vida nas zonas úmidas dos manguezais, a perda dessas áreas produtivas para o desenvolvimento insustentável causou uma grande redução nas colheitas de peixes.

Buscando soluções – Protegendo os manguezais

O fracasso dos governos nacionais em regulamentar adequadamente setores da indústria como o cultivo de camarões ou o turismo, e o ímpeto precipitado das agências multilaterais de empréstimos em financiar estes tipos de desenvolvimento, sem corresponder a seus próprios critérios ecológicos e sociais estabelecidos, são outras peças importantes deste infeliz quebra-cabeça.

O destino dos manguezais remanescentes talvez fique agora nas mãos dos consumidores e turistas das nações ricas que importam esses produtos luxuosos de camarão e que viajam a *resorts* de destinos turísticos nos países pobres. Dado que mercados altamente lucrativos e expansivos são as forças motoras por trás dessas indústrias, algo deve mudar no consumo

para ajudar a fazer uma diferença significativa. Por exemplo, é necessária uma redução imediata no mundo inteiro da demanda de consumo de camarões cultivados em viveiros.

Enquanto isso, regulamentações governamentais estritamente locais e reforço na proteção dos manguezais são necessários. O envolvimento das comunidades locais no gerenciamento sustentável e na proteção dos recursos costeiros, incluindo as florestas de mangues, é essencial.

Os manguezais foram muito freqüentemente vistos como obstruções à vista da praia ou ao fácil acesso à mesma. Eles eram vistos como pântanos lamacentos, infestados de mosquitos que refreavam o progresso e impediam o desenvolvimento. Por quaisquer razões, as florestas de mangues eram caluniadas, de maneira similar, por desenvolvimentistas, agências de crédito e governos e permitia-se o seu rápido desmatamento para dar passagem à promessa dos enormes lucros oriundos do desenvolvimento industrial. Na região de Phuket / Krabi da Tailândia, que foi duramente atingida pelo tsunami no final de 2004, o cultivo de camarões ou o turismo abundavam e os manguezais foram desmatados – freqüentemente de forma ilegal.

Na zona de pior devastação ao redor de Banda Aceh, Indonésia, o governo encorajou a conversão massiva dos manguezais em fazendas de camarões como uma forma de abrir espaços escondidos onde combatentes anti-governamentais e pró-independência provavelmente se refugiavam. Infelizmente, esta mesma ação deixou as densas populações costeiras ao redor de Aceh completamente e desesperadamente sob risco.

Aqueles que conheciam melhor o problema tentaram se opor à posterior expansão dessas indústrias vorazes e em algumas ocasiões, a brava oposição foi respondida com violência e até assassinato, como aconteceu com o cultivador de caju, Jurin, que conseguiu deter com sucesso um esquema de cultivo ilícito de camarão na sua amada área de Phuket. Jurin se integrou à fileira dos muitos mártires da causa da conservação dos manguezais quando foi atingido por uma arma escondida por um pistoleiro de uma fazenda de camarão próxima. Foi a sua persistente oposição às ameaças da carcinicultura para os manguezais próximos que levaram ao seu assassinato.

Chegando a soluções

Após as conseqüências da tragédia do tsunami, muitos estão procurando por soluções para prevenir uma reincidência dessa terrível desastre. Alguns estão procurando por remédios feitos pelo ser humano enquanto outros estão buscando soluções mais naturais.

A loucura pelo mangue ou um começo saudável

É encorajador ver um crescente reconhecimento nos níveis governamental, acadêmico, privado e público em relação à importância dos manguezais e recifes de coral na proteção contra furacões e tsunamis. No entanto, palavras de precaução devem ser dadas para direcionar a atenção para assuntos sérios que ainda não são adequadamente abordados numa efetiva resposta a este desastre. Enquanto os planos para a restauração de manguezais numa escala massiva parecem à primeira vista impressionantes, há uma boa razão para o ceticismo agora, ao contrário da experiência passada. Muitos assuntos surgiram anteriormente, agendas de larga escala, politicamente orientadas. Aparentemente, plantar manguezais extensamente para recriar as desejadas zonas amortecedoras ao longo das vulneráveis costas parece uma ótima idéia. Mas isso realmente não é apenas uma panacéia com a real intenção de tranquilizar um público variável e cético?

Antes de tudo, plantar quantidades massivas da espécie de mangue *propagules* não significa restaurar uma floresta de mangue saudável e biodiversa, nem criar um efetivo cinturão verde para evitar futuras tempestades e ondas. Segundo, a plantação muito provavelmente será um fracasso horrível se for levada a cabo de modo acidental como ocorreu com bastante frequência no passado.

Um caso para conservação como primeiro passo

Antes de endossar um efetivo programa de restauração de manguezais, existe uma grande necessidade de assegurar-se que medidas apropriadas de conservação estão sendo adotadas para prevenir a perda posterior de manguezais no mundo. Obviamente, o caminho para manter a grande biodiversidade do ecossistema dos manguezais é proteger e conservar aqueles ecossistemas de manguezais intactos que ainda existem. As florestas de mangues que foram perdidas contabilizam mais da metade da cobertura original de manguezais de aproximadamente 36 milhões de hectares de nosso planeta. Os 15 milhões de hectares de manguezais remanescentes estão ainda em grande perigo e sumindo rápido sob as pressões do desenvolvimento. E este quadro pode ser ainda mais sombrio já que se estima que mais da metade das áreas de manguezais remanescentes estão gravemente degradadas também. Portanto, a conservação como uma primeira medida contra a posterior perda de manguezais é uma urgência de primeira instância, precisando de nossa atenção integral.

Então, enquanto a restauração está sendo considerada e planejada, as medidas de conservação devem efetivamente ser estabelecidas e uma verdadeira conservação deve incluir o planejamento, a gestão, o reforço e o monitoramento permanentes da área conservada a longo prazo. E isso deve incluir necessariamente as comunidades locais próximas neste processo global para garantir algum sucesso. Um permanente processo de co-gestão envolvendo o governo local, cientistas, ONGs, indígenas e comunidades locais deve claramente estabelecido para gerenciar e conservar efetivamente estes recursos naturais comuns. Para incluir os indígenas e comunidades locais neste processo, os direitos de posse da terra devem ser entregues a estas comunidades, para que um verdadeiro sentido de apropriação do processo é assegurado. Sem este sentido de verdadeira apropriação e participação no processo de conservação, as comunidades costeiras terão pouco entusiasmo ou interesse no plano, e a conservação e gestão sustentável dos recursos fracassarão.

É desnecessário dizer que a restauração começa onde a conservação falha ou onde o desastre golpeou! É claro que a conservação fracassada em si mesma pode ser vista como um desastre, como está sendo expresso neste artigo. Os desastres naturais podem inevitavelmente seguir-se aos desastres da conservação que nós deixamos passar. Tal foi o caso com os tsunamis de 26 de Dezembro de 2004.

Replantar manguezais é apenas uma solução parcial. Conservar e reabilitar estes preciosos ecossistemas de manguezais remanescentes deve tornar-se um imperativo para todas as nações, antes que a perda seja demasiado grande e nossos esforços com a reflorestação sejam em vão.

Passos para a restauração de manguezais

O Projeto Ação Manguezal (MAP- *Mangrove Action Project*) está levando adiante a abordagem de restauração ecológica na Indonésia. Bem Brown, que dirige o MAP no escritório da Indonésia está iniciando um programa para a reabilitação dos manguezais em Sumatra,

trabalhando em total parceria com ONGs locais e comunidades costeiras, usando uma metodologia que provou ser efetiva numa área de 25 hectares de viveiros de camarões em desuso no norte de Sulawesi.

O Projeto Ação Manguezal desenvolveu um protocolo efetivo de custo para a reabilitação de ecossistemas de manguezais, destacando a reabilitação hidrológica de áreas de manguezais destruídos.

O Projeto Ação Manguezal – Trabalhando nas raízes do mar

“Sem os manguezais, o mar não teria significado. É como ter uma árvore sem raízes, porque os manguezais são as raízes do mar!”

A missão do Projeto Ação Manguezal é: Associar-se às comunidades dos manguezais, ONGs tradicionais, pesquisadores e governos locais para conservar e restaurar os manguezais e ecossistemas costeiros relacionados, promovendo a gestão comunitária e sustentável dos recursos costeiros.

O MAP se dedica a reverter a degradação dos ecossistemas de mangues no mundo inteiro, reconhecendo também a necessidade de trabalhar com e apoiar os movimentos populares nos países afetados. Por esta razão, o princípio central do MAP é promover os direitos das populações costeiras locais, incluindo pescadores e agricultores, na gestão sustentável de seus ambientes costeiros. Sem este envolvimento crucial das comunidades locais neste esforço, o trabalho para conservar e restaurar estes recursos é enormemente enfraquecido. Com este objetivo, o MAP apóia as lutas das comunidades locais e de suas ONGs associadas através de nosso trabalho em campo. O MAP está ajudando a estabelecer Centros de Pesquisa das Comunidades Costeiras, onde tanto as ONGs locais quanto as comunidades locais possam utilizá-los para suas próprias necessidades, incluindo a troca de experiências, pesquisa, treinamento e elaboração de estratégias.

O MAP também está se associando a ONGs locais para implementar as oficinas internacionais IHOF - *In the Hands of the Fishers* (Nas mãos dos pescadores), que oferecem a membros das comunidades e ONGs locais uma chance para discutir temas comuns, buscar soluções e apoiar esforços mútuos. Até agora o MAP já ajudou a organizar 10 destas oficinas no Sri Lanka, Tailândia, Indonésia, Brasil e Camarões. Os workshops IHOF frequentemente incluem projetos de treinamento e demonstração que oferecem opções alternativas de desenvolvimento sustentável para comunidades locais, como a construção de bambu e construção de móveis, silvipescas, melhor construção e uso de estufas de cozinha, uso de águas residuais de jardins e restauração de manguezais. A idéia é ajudar a fortalecer a base econômica das comunidades costeiras de tal forma que elas possam controlar melhor suas áreas costeiras e manter sob controle os empreendedores que querem usurpar seus recursos. O MAP apóia a prática da Gestão Comunitária de Recursos Costeiros (CBCRM, sigla em inglês), onde as comunidades locais trabalham para seu próprio empoderamento na conservação e gestão de seus recursos naturais.

A rede internacional da MAP cresceu a ponto de incluir mais de 450 ONGs e 250 cientistas e acadêmicos de 60 nações. O MAP está expandindo a eficiência de seu trabalho de coalizão através da consolidação da articulação com outros grupos ambientais e ativistas.

*Alfredo Quarto é Diretor Executivo do Mangrove Action Project,
Port Angeles/Washington, Estados Unidos.*

OS COMPROMISSOS DE AJUDA PARA SUPERAR OS IMPACTOS DO TSUNAMI DEVEM SER SUSTENTÁVEIS, COMUNIDADES AFETADAS DEVEM DECIDIR

Farah Sofa

Um trágico desastre paralisou os países do Oceano Índico no dia 26 de Dezembro de 2004 e resultou na morte e desaparecimento de mais de 160.000 pessoas. Mais de 1.5 milhões de pessoas desalojadas estão passando por necessidades urgentes de itens básicos. Centenas de cidades e povoados e seus ambientes estão prejudicados, milhares de crianças ficaram órfãos e os sobreviventes estão lutando para ressuscitar seu futuro e seus meios de vida.

O país mais severamente afetado por esta catástrofe é a Indonésia, onde as partes do norte da ilha de Sumatra e as ilhas de sua costa oeste foram diretamente atingidas. A magnitude da destruição ecológica ainda não foi estimada; no entanto acredita-se que sofreu um impacto tremendo, especialmente nas áreas costeiras, rios e nas áreas de planície, que são muito importantes para o sustento das pessoas. Os primeiros informes das áreas afetadas indicam que o desenvolvimento industrial nas últimas décadas, que destruiu florestas de mangues e recifes de corais, para estabelecer, por exemplo, carciniculturas, exacerbou enormemente o impacto do tsunami.

No meio de tão terríveis condições, as Nações Unidas, governos internacionais, instituições multilaterais, comunidades e organizações internacionais se solidarizaram com enormes níveis de ajuda aos países afetados pelo tsunami na Ásia. A Indonésia foi favorecida com um valor equivalente a bilhões de dólares americanos em empréstimos e financiamento. Uma parte do apoio internacional já ocorreu na Indonésia na emergência massiva dos trabalhos de socorro. Outras doações e dinheiro do governo também chegarão em breve para a fase de reconstrução e de gestão do desastre.

Nós estamos encantados de ver a solidariedade global demonstrada pela comunidade internacional às pessoas afetadas na Ásia e, particularmente, na Indonésia.

Uma proposta para a ajuda internacional

Acolhemos a assistência oferecida à Indonésia pelos países tanto de dentro como de fora da região. No entanto, propomos que a assistência deva ser apenas direcionada às necessidades dos sobreviventes e ao apoio a seus meios de vida. Após a fase de socorro emergencial, a ajuda internacional deve ser direcionada para a recuperação. Atividades priorizadas e bem planejadas evitarão a assistência inapropriada. A assistência deve facilitar às Pessoas Desalojadas Internamente (PDI) a identificar as suas necessidades para reconstruírem seus meios de vida. Ao invés de gastar todo o dinheiro na reconstrução e na infra-estrutura física, a assistência pode ajudar as comunidades através da criação de um programa de auto-recuperação. A assistência pode mobilizar especialidades práticas que as comunidades precisam para construir seus meios de vida de uma forma sustentável, economicamente e ecologicamente.

A importância do envolvimento das organizações da sociedade civil

A sociedade civil da Indonésia foi um dos primeiros sujeitos a estarem presentes oferecendo socorro às áreas do desastre logo nos primeiros dias depois do terremoto e do tsunami.

Enquanto a mídia internacional predizia que o Sri Lanka seria o pior atingido, a coalizão da sociedade civil da Indonésia predisse que o número de vítimas em Aceh era muito maior do que a maioria das pessoas pensava. Tal participação da sociedade civil e da população local provou que os seus trabalhos são bastante válidos e devem ser apoiados. Apesar da falta de recursos, eles estão trabalhando efetivamente para alcançar áreas remotas. Estão trabalhando voluntariamente, portanto a ajuda que recebem é utilizada de forma mais eficiente. Todos os doadores internacionais deveriam considerar o envolvimento da sociedade civil, de grupos locais e comunidades locais para garantir que sua assistência seja bem distribuída.

A necessidade de transparência e de controle público

Todas as contribuições financeiras internacionais são uma enorme ajuda, no entanto os compromissos de financiamento devem ser acompanhados por garantias de que eles realmente ajudam as comunidades afetadas a ressuscitarem seus meios de vida e seu meio ambiente. É essencial que os processos de planejamento para redesenhar e reconstruir as comunidades costeiras não sejam dominados pela elite local em detrimento dos pobres e marginalizados. Pedimos ao governo da Indonésia e aos países doadores que implementem um processo de planejamento participativo, que envolva grupos da comunidade local e ONGs, e que garanta o controle público sobre todos os processos.

Desenho ecológico e uso de materiais

O desenvolvimento inapropriado tornou pior o impacto do tsunami em áreas onde recifes de corais e florestas de mangues foram destruídos. É essencial que os planos e atividades de reconstrução não repitam estes padrões nem criem outros impactos ambientais negativos. Todas as grandes atividades de reconstrução deveriam preparar uma declaração de impacto ambiental, contemplando tanto os impactos no lugar como o impacto dos materiais a serem usados. No começo de 2005, o Ministro de Silvicultura da Indonésia aumentou o desmatamento anual permitido para as florestas da Indonésia em 400%, sem nenhuma justificativa ecológica. A WALHI está profundamente preocupada que a demanda por materiais para a reconstrução ponha uma enorme pressão adicional nas florestas e áreas de calcário da Indonésia. Sempre que possível, o desenho ecológico deveria considerar o uso de materiais locais que causam o mínimo impacto ambiental. Os desenhos deveriam ser socialmente apropriados – baseados nos desenhos criados com e aprovados pelas comunidades locais, e ecologicamente apropriados – com baixo uso de energia, uso responsável de materiais, fáceis de esfriar com a ventilação, etc.

A gestão da assistência deve ser melhorada

O volume de ajuda que está entrando não parece ser correspondido pela capacidade de saída para transportá-lo para as áreas do desastre. O gerenciamento da assistência é realmente vagaroso, apesar do fato de todos os oficiais, voluntários e organizações estarem trabalhando duro. O governo, com todos os partidos envolvidos, deveria acentuar a coordenação e promover a participação mais ampla do público.

Perdão da dívida

Apoiamos o pedido de centenas de ONGs pelo perdão da dívida dos países afetados pelo tsunami, especialmente da Indonésia como um dos maiores países devedores no mundo. O perdão da dívida permitirá ao Governo da Indonésia destinar o orçamento estatal para despesas sociais de longo prazo.

A necessidade de um sistema de alerta antecipada e de melhorias para o meio ambiente

Também apoiamos a idéia de pôr em funcionamento um sistema de alerta antecipada para detector tsunamis. Uma educação compreensiva em gestão de desastres é muito importante para as populações, especialmente as de países pobres, propensos a desastres ao longo dos Oceanos Índico e Pacífico. A proteção ambiental deve ser vista como parte da proteção futura da costa.

*Farah Sofa é Diretor do WALHI - Amigos da Terra,
Jakarta, Indonésia.*

O TSUNAMI - O DESASTRE - A RESPOSTA - A SITUAÇÃO E AS NECESSIDADES

Vincent Manoharan J.

O tsunami é um novo fenômeno. No dia 26 de dezembro de 2004, pela primeira vez na história recente, o mundo inteiro testemunhou o que o tsunami é e aprendeu como, em poucos minutos, ele pode transformar as agradáveis costas marítimas e alegres vidas costeiras em um rastro de morte e desastre.

Na Índia, apesar do estrago causado pelo tsunami ser comparativamente menor do que os causados na Indonésia e no Sri Lanka, até mesmo um bilhão de dólares de assistência vindo de todo o mundo é insignificante para reconstruir a vida e os meios de vida das pessoas da costa. Da mesma forma, a riqueza da flora e fauna que existiu anteriormente não seria nunca a mesma por causa da velocidade das ondas que ascenderam no litoral inteiro. O dano causado à natureza e a devastação ao ser humano são insustentáveis e incomensuráveis.

A Índia possui 7.000 km de cinturão costeiro estendido em 8 estados, situados na Baía de Bengala e no Mar Árábico, no qual a área costeira do distrito de Krishna em Andhra Pradesh, dez distritos em Tamilnadu e três em Kerala enfrentaram a ira dessas monstruosas ondas. Em minutos, mais de 10.000 pessoas foram engolidas e alguns milhares desapareceram. Cabanas e casas, barcos e redes, casas de famílias e propriedades públicas foram tragadas por essas ondas desastrosas. Canteiros e árvores, postes e pilares, e uma grande quantidade de bens móveis e imóveis foram jogados a mais de 500 a 1.000 metros. A areia carregada pelas ondas formou pequenas dunas nas terras cultivadas, o que não apenas estragou os cultivos inteiros que estavam amadurecendo para a colheita como também transformou toda a paisagem.

Em poucos minutos, toda a área destruída pelo tsunami assassino se transformou em um deserto abandonado. Casas danificadas, edifícios públicos rachados, escombros espalhados, cadáveres de pessoas e gado enterrados pela metade, materiais parcialmente afundados, barcos naufragados e arremessados a distância, redes de pesca completamente destruídas, árvores com as raízes para cima e postes de luz desenterrados deram uma ensangüentada visão. As pessoas se encontraram correndo confusamente à procura de seus jovens e velhos desaparecidos. O eco de gritos penetrantes vindos do fundo do coração e a lamentação de mentes perturbadas eram um pesadelo sem fim. Amaldiçoados foram os sobreviventes, já que não havia ninguém para consolá-los, pois todos estavam no mesmo estado de choque e tremor. Em poucas palavras, será necessário um longo tempo para que as nossas mentes apaguem as memórias dolorosas e a devastação causada à vida e ao sustento da região costeira indiana por este calamitoso tsunami.

A resposta do Governo e de outras agências

O Governo da Índia não tem o equipamento científico que poderia alertar ou propagar um sinal de alerta sobre o tsunami. Por isso, levou algum tempo para que a maquinaria do Governo percebesse o que havia acontecido na área costeira. Quando eles se conscientizaram do desastre, já era tarde demais para salvar as vidas e meios de vida do cinturão costeiro. Por outro lado, desde que essa devastação ocorreu no cinturão costeiro, o Governo tem assumido a noção e atitude erradas de que os “afetados” são unicamente a comunidade pesqueira. O Governo miseravelmente fracassou em não perceber que os afetados são as comunidades inteiras que viviam na região costeira e não necessariamente os povos pesqueiros apenas.

A noção errada conduziu o governo a propagar medidas de socorro primeiramente para a comunidade pesqueira, deixando excluídas da preocupação e do cuidado as outras comunidades, como os aliados dos trabalhadores da pesca de vários grupos de castas incluindo os dalits, os agricultores, os trabalhadores do sal, os coletores de conchas, pescadores de camarão, os que sobem as árvores de *palmyrah*, entre outros.

Portanto, os abrigos abertos pelo Governo em escolas e edifícios públicos disponíveis foram primeiramente ocupados pelas comunidades de pescadores, as quais tiveram acesso às facilidades de alimentação e médicas providas pelo Governo. Trabalhadores da área sanitária foram mobilizados para prevenir qualquer tipo de epidemia ou endemia, já que a água do mar encontrava-se estagnada em todas as áreas baixas. Varredores e catadores de lixo foram trazidos de municipalidades próximas para limpar os escombros e o lixo, incluindo todos os lugares em estado de putrefação. Em alguns lugares, a marinha e as forças militares entraram em ação para ajudar os trabalhadores a limpar e coletar os detritos.

Agências filantrópicas, ONGs e outras organizações de desenvolvimento acudiram ao lugar com abundantes pacotes de comida, roupas e utensílios para salvar as pessoas da fome e de outras necessidades imediatas. O cinturão costeiro foi preenchido com oficiais do governo e de agências de serviço social para cuidar das pessoas abandonadas e aflitas.

A atenção imediata e primeira foi dada para coletar os corpos mortos, e um enterro em massa foi realizado depois de que se fotografou cada cadáver em distintas posições, o que poderia servir de ajuda na identificação dos mortos mais tarde por seus amigos e parentes. Da mesma forma, a preparação da lista de pessoas desaparecidas também foi ordenada pelo governo e as pessoas esperaram em longas filas para registrar os nomes de seus desaparecidos.

À medida que os dias passavam, o governo começou a preocupar-se em prover facilidades de água potável, a restauração de vias de acesso para os anteriores habitantes, o re-estabelecimento de suprimento de energia, e a construção de abrigos temporários.

Nesse meio tempo, o Governo começou a concentrar-se na contagem das perdas de vidas e meios de vida. Os oficiais se ocuparam contando o número de barcos e redes perdidas pela comunidade de pescadores, assim como a quantidade das casas e cabanas destes últimos que foram engolidas pelas ondas.

No entanto, a realidade alarmante é que o Governo não se deu conta de que as outras comunidades da costa também foram afetadas. Esta atitude equivocada ou esta percepção errada do Governo causou uma imensa quantidade de tristeza, dor e sofrimento às outras comunidades que também viviam na mesma área costeira por gerações. Particularmente os dalits e outras comunidades marginalizadas como comunidades tribais minoritárias, conhecidas como os aliados dos trabalhadores da pesca ou agricultores, os trabalhadores do sal e coletores de conchas que viviam nas adjacências dos pescadores, foram negligenciados.

Pondo lenha na fogueira, a comunidade de pescadores, por sua vez, desenvolveu um tipo de mentalidade monopolista acreditando que eles foram os mais seriamente afetados, e assim nenhuma outra comunidade teria direito a nenhum tipo de assistência ou medida de socorro, já que foram seriamente atingidos pelo tsunami. Isso criou uma tensão social tremenda no cinturão costeiro e, em alguns lugares, levou a ataques e contra-ataques entre pescadores e outras comunidades.

O mesmo aconteceu com as ONGs internacionais. Como elas não trabalhavam no cinturão costeiro e de repente tiveram que prestar socorro às massas afetadas, também formaram a idéia de que a urgência era socorrer apenas as comunidades pesqueiras. Mas as ONGs e movimentos locais que já vinham se associando à área costeira entenderam essa realidade e tentaram apressar-se no resgate das outras. A NCDHR – Campanha Nacional sobre os Direitos Humanos dos dalits teve condições de entender a situação real e envolveu-se no monitoramento da mesma, reunindo-se com os oficiais para discutir a não atenção do Governo com as outras comunidades e da discriminação que os dalits e outras comunidades marginalizadas enfrentaram pelos oficiais do Governo e também pela comunidade pesqueira.

Falta de percepção ambiental ou ecológica

O Governo é sempre conhecido pelo vazio na sua compreensão ecológica e, na maior parte das vezes, seus oficiais provaram ser ambientalmente analfabetos. Isso resultou no planejamento e execução de medidas inadequadas em termos da preservação do meio ambiente e da ecologia do cinturão costeiro. Até mesmo antes do tsunami, o Governo nunca se preocupou em proteger e preservar a flora e fauna da área costeira. Ele nunca se concentrou em permitir que os recifes de coral se espalhassem. Ao contrário, o Governo permitiu que o setor turístico rebaixasse o nível de todas as dunas de areia para poder dar um visual ou cenário bonito de um *resort* de praia de superfície limpa para atrair os turistas. As árvores e arbustos que cobriam todo o cinturão costeiro foram cruelmente derrubados pelos interesses do capital, para gerar lucros ou para promover a indústria hoteleira.

Além disso, os manguezais antigamente dominaram muitas partes da costa de Tamilnadu foram totalmente destruídos pelos interesses do capital com a clara bênção do Governo. Estes fatores fizeram com que as ondas do tsunami encontrassem uma entrada fácil e aberta às vilas costeiras sem qualquer obstáculo e engolissem as vidas e meios de vida de seres humanos e animais.

Entretanto, o Governo não possui nenhum plano ou esquema apropriado para preservar e proteger a ecologia e o meio ambiente da área costeira. Ao contrário, o plano e a abordagem do Governo eram apenas envolver-se em atividades de socorro e reabilitação para reconstruir os meios de vida da comunidade pesqueira. Trata-se de uma percepção de visão curta e de forma alguma será de ajuda para as comunidades costeiras em curto e em longo prazo.

O Governo também não possui nenhum mecanismo eficaz para a gestão de desastres. Os oficiais do governo não são orientados, treinados ou adequadamente equipados para gerenciar uma situação como essa. Até mesmo a equipe local e as pessoas que vivem na costa não foram treinadas para enfrentar essa situação. Mas o Governo não parece haver entendido esta grande lacuna na sua percepção, plano e execução de ações. O único aspecto positivo é que somente agora o Governo Indiano está se concentrando em ter uma Autoridade Nacional de Gestão de Desastres.

O caso se repete com as ONGs locais e internacionais. Os recursos são alocados pelo Governo e por outras agências apenas para a reconstrução das vidas humanas e dos meios de vida, mas ninguém é suficientemente consciente para abordar as questões ecológicas e ambientais, que são o cerne do problema, não apenas para as áreas costeiras, mas também para a existência da humanidade. Uma abordagem e planos multifacetados são inevitáveis no momento.

A discriminação enfrentada pelos dalits nas operações de socorro após o tsunami

Os dalits vivem nas costas adjacentes à comunidade pesqueira. São os aliados dos trabalhadores da pesca, coletores de conchas e agricultores além dos trabalhadores do sal. O sistema de castas e a intocabilidade são um antigo fenômeno e os dalits vivem segregados, continuamente enfrentando todas as formas de humilhações e molestamentos pelas comunidades pesqueiras.

O tsunami atingiu os dalits de uma maneira muito severa. Eles também perderam suas vidas, meios de vida e criações de gado. Na verdade, eles são os mais atingidos, pois já são pobres e viviam em cabanas simples, diferentemente da população pesqueira que tem maior estrutura socioeconômica e vivia em casas melhores. Portanto a perda para os dalits é maior, pois perderam tudo e não têm nenhum acesso a dinheiro no futuro próximo. Já no caso da população pesqueira, uma vez que recomecem a pescar terão acesso a dinheiro.

Os dalits enfrentaram a discriminação pela comunidade pesqueira e pelo Governo. Seguem alguns dos incidentes e exemplos:

- A população pesqueira não permitiu que os dalits permanecessem com eles nos campos de socorro.
- O povo dalit não teve acesso à comida nem a outros materiais de socorro em igualdade de condições com a população pesqueira.
- Não foi dada atenção adequada por parte do Governo em termos de contagem das pessoas desaparecidas da comunidade dos dalits.
- Os dalits foram impedidos pela população pesqueira de receber assistência das ONGs.
- Os dalits que se reuniram nas igrejas e nos tribunais comunitários com medo da discriminação pela população pesqueira não receberam assistência do Governo, que insistiu para que os dalits se mudassem para os campos de socorro do Governo.
- Os catadores de lixo e os varredores, que são basicamente dalits, foram trazidos dos municípios próximos para remover escombros, detritos e cadáveres.
- Os catadores de lixo e os varredores não receberam luvas, máscaras e botas de borracha para protegê-los de infecções, enquanto que os oficiais supervisores, que não são dalits, receberam tais equipamentos imunizadores.
- A restauração das facilidades de água potável, o preparo de vias e a construção de abrigos temporários para os dalits não foram realizados na mesma velocidade como foi feito para a comunidade pesqueira.
- A atenção dada à perda de barcos e redes de pesca não foi dada à perda da criação de gado dos dalits.
- A atenção dada à comunidade pesqueira, através do fornecimento de meios de vida incluindo casas e outros recursos, não foi dada aos dalits.
- Os dalits perderam seus empregos por causa dos estragos causados às terras cultiváveis com o acúmulo de areia e água do mar. O Governo não deu atenção adequada para desalinizar a terra ou remover a areia.
- Os dalits foram forçados a se mudarem de suas habitações anteriores para outros lugares a mais de 500 a 1.000 metros de distância. Isso irá intensificar seus problemas e tensões econômicas e sociais.

Conclusão

O tsunami deixou um rastro de morte e desastre. Mas as medidas de socorro e reabilitação empreendidas pelo Governo e por outras agências não possuem a percepção apropriada e atenção adequada. Toda a questão de proteger e preservar a ecologia e o meio ambiente é uma evidente omissão na agenda do Governo. Os dalits e outras comunidades marginalizadas enfrentam discriminação em termos de acessibilidade às medidas de socorro e reabilitação oferecidas pelo Governo e outras agências.

Assim, os tsunamis virão e irão, mas as atitudes das pessoas e dos Governos no poder continuarão sendo as mesmas. Portanto, precisamos intensificar o nosso envolvimento e cooperação para trazer mudanças na percepção dos governos e na atitude da classe e casta dominantes, assim um mundo justo e ambientalmente seguro seria possível!

*Vincent Manoharan J. é Secretário Geral da NCDH
(Campanha Nacional sobre os Direitos Humanos dos Dalits),
Nova Delhi, Índia.*

Mesa IV:

Turismo Comunitário como instrumento de redução de pobreza e inclusão social



O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO – A EXPERIÊNCIA DO EQUADOR

Pedro Armendáriz e Helga Serrano

O Equador e o desenvolvimento

O Equador é um dos países da América Latina com maior desigualdade na distribuição da riqueza. Existem grupos poderosos com enorme riqueza, enquanto mais de 70% dos equatorianos vive na pobreza. Dizemos que o Equador tem uma população empobrecida, porque é um país muito rico em recursos naturais, biodiversidade, produção agrícola e pecuária bovina. A população também é muito diversa, com uma grande população mestiça, uma importante população indígena conformada por 14 nacionalidades indígenas e 10% de população negra. Tanto na costa como na serra e na Amazônia, sua gente é muito trabalhadora.

Alguns dos efeitos imediatos nas condições de vida das famílias e dos e das jovens são o desemprego, a migração e as dificuldades para entrar no colégio e na universidade. Os seguintes dados ajudam a compreender a situação do Equador:

- Em 1999, cerca de 500.000 crianças e adolescentes não estudavam.
- Mais de 300.000 pessoas migraram do Equador a outros países em busca de trabalho nos últimos anos. Mais de 160.000 crianças e jovens ficaram sem um de seus pais por causa da migração.
- A violência é uma das principais causas de morte de jovens.
- O suicídio é uma das principais causas de morte de mulheres, especialmente de adolescentes.
- 17% das mulheres entre 15 e 19 anos são mães, o que limita suas possibilidades de estudo e trabalho.
- Crianças menores de 5 anos não recebem os devidos cuidados relacionados a suas necessidades evolutivas.
- Crianças e jovens são vítimas do maltrato na família e na escola.

O turismo na estrutura do desenvolvimento

Apesar de que não existem políticas claras sobre o turismo como um eixo do desenvolvimento no Equador, várias grandes empresas monopolistas, que aderem aos lineamentos da economia liberal, procuraram dominar os destinos turísticos. Não lhes importaram os efeitos sociais e econômicos a nível local. As empresas transnacionais de turismo procuraram se aproveitar do fato dos países subdesenvolvidos, como o Equador, terem uma capacidade frágil de negociação para impor-lhes programas que geram poucos benefícios para a sociedade local. Apesar do crescimento do turismo no Equador, não se evidencia um benefício para as populações. Em alguns países em desenvolvimento, mais de dois terços da renda do turismo internacional nunca chega à economia local, devido à grande fuga de divisas.

Isto conduz a um turismo mundial cada vez mais centralizado e competitivo, ilustrando melhor que qualquer outro setor econômico o alcance mundial das empresas transnacionais. Estas empresas pressionaram os governos de todo o mundo para que liberalizem o comércio e o investimento nos serviços, utilizando como mecanismo de pressão a Organização Mundial do Comércio. No caso da América Latina, isto também se aprofunda com a assinatura dos

Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos. Através desses mecanismos, tende-se a abolir as restrições à propriedade estrangeira, facilita-se franquias, concessões e contratos, outorga-se às companhias turísticas estrangeiras os mesmos benefícios das locais e permite-se que elas desloquem pessoas através das fronteiras, abram filiais e realizem pagamentos internacionais sem restrições.

O turismo e o desenvolvimento local

Neste contexto, a *YMCA Tours* se propôs como meta principal: Contribuir com o desenvolvimento dos setores comunitários propondo, como alternativa ao turismo convencional, a participação direta das comunidades e das populações que acolhem o turismo, já que atualmente elas não são atores nem beneficiários diretos do recurso econômico que esta atividade gera.

Para conseguir isso, são necessárias várias circunstâncias, especialmente analisar com objetividade a realidade para não cair na tentação de adotar modelos de desenvolvimento turístico que rompam a harmonia do desenvolvimento socioeconômico local, que agredam a cultura local e provoquem um esgotamento acelerado dos recursos.

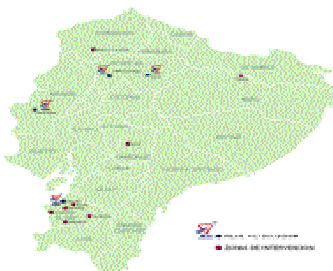
O turismo de base comunitária

Apesar desta situação, no Equador, uma ampla gama de grupos comunitários, incluindo indígenas, afro-equatorianos e mestiços, participam no desenvolvimento de projetos de ecoturismo e etnoturismo na Amazônia, na Serra e na Costa. Apenas na região amazônica, no ano 2000, existiam 30 projetos controlados por grupos indígenas. Estes projetos variam desde iniciativas baseadas em pequenas populações, até empresas de pequena escala em associação com o setor privado. A maior parte dos lucros provenientes deste tipo de turismo é investida em educação, serviços de saúde, motores para canoas e roupa.

No caso da *YMCA Tours* também se buscou o desenvolvimento das comunidades através do turismo. A *YMCA Tours* é uma operadora de turismo receptivo que provê alternativas combinando o turismo convencional, o etnoturismo, ecoturismo, agroturismo, voluntariado social, turismo solidário, turismo cultural e de justiça. Esta empresa foi criada pela ACJ Equador para o desenvolvimento das comunidades e com a finalidade de gerar apoio econômico e solidário para seus projetos sociais.

A *YMCA Tours* segue os princípios cristãos de justiça e serviço à comunidade da ACJ gerando alternativas para seu desenvolvimento, tratando de fazer com que o nosso plano de ação para os projetos propostos seja de longo prazo.

Onde trabalhamos?



A ACJ do Equador tem filiais em Quito, Santo Domingo de los Colorados e Portoviejo. Nestas cidades trabalha nos setores mais empobrecidos com crianças e jovens, promove a educação e participação cidadã, a formação de líderes e programas de desenvolvimento comunitário, que incluem crédito para mulheres, planos de desenvolvimento de vizinhança e fóruns urbanos. Também desenvolve programas nas províncias de El Oro, Alausí y Canande, além de prover assessorias em outras cidades. O escritório nacional está situado em Quito, capital do Equador.

O YMCA TOURS pela justiça

O turismo pode ser uma força dinamizadora e um vetor de diálogo entre os povos caso se faça uma gestão eficaz que estabeleça acordos entre o setor público e o privado. A formação e a sensibilização da comunidade anfitriã sobre o valor de seu patrimônio também é determinante na hora de assegurar que o turismo seja uma fonte de prosperidade e de entendimento em vez de uma ameaça.

O turismo é um dos principais mecanismos de conhecimento e de diálogo inter-cultural. Trata-se, portanto, de uma atividade que mantém uma relação bem estreita com a convivência e o respeito entre os povos.

Atualmente a YMCA *Tours* está realizando diversos tipos de turismo alternativo, ou o que se conhece como turismo de justiça, entendido como o encontro de seres humanos como iguais, re-descobrimo e aprendendo a historia, celebrando o desconhecido e compartilhando os frutos do progresso entre os povos. Existe especial cuidado de garantir os direitos das crianças e mulheres. Alguns dos componentes deste tipo de turismo que promove a YMCA *Tours* são:

- ***Turismo solidário***

Isto implica que os visitantes, ou “turistas” que chegam por meio da YMCA *Tours* vêm conhecer a realidade social do país, realizando um voluntariado em um dos programas sociais que a ACJ desenvolve. Isto se realiza geralmente em mutirões (trabalho comunitário não remunerado). Além de proporcionar o trabalho voluntário, geralmente quando estes voluntários ou turistas regressam a seus países, buscam uma forma de continuar apoiando às comunidades que visitaram. Mantém-se assim uma relação mais estreita, que deve ser alimentada de maneira permanente. Também se assegura que eles compartilhem sua experiência com outras pessoas que se interessam em vir ao Equador. Este turismo se combina com visitas a lugares de interesse cultural e histórico.

- ***Turismo com famílias***

A YMCA *Tours* oferece aos turistas, como alternativa de alojamento, a hospedagem em uma família ou comunidade aonde eles passarão a ser parte da família. Com eles compartilharão um tempo muito valioso e experiências que lhes permitirão, durante a estadia, conhecer mais de nossa cultura. Pode-se escolher fazer as refeições com a família e praticar um pouco o idioma castelhano. Isso também representa destinar renda para as famílias, ao invés de recorrer aos grandes hotéis.

- ***Turismo educativo***

A YMCA *Tours* mantém convênios com diferentes escolas de ensino de castelhano, das quais escolhemos a que nos oferece as garantias legais e preserva princípios e interesses idênticos

aos nossos. Desta maneira, podemos oferecer programas de ensino do idioma com preços justos e com metas dirigidas ao desenvolvimento da comunidade e ao apoio de nossos projetos sociais. A escola se localiza em Quito no mesmo edifício do escritório nacional da ACJ e trabalha conjuntamente com a YMCA *Tours*. A escola não se limita a ensinar o idioma, mas, sobretudo, a compartilhar a cultura, geografia e história de nosso país durante o processo de aprendizagem.

Outra oferta da YMCA *Tours* para 2005 é a organização de oficinas e seminários sobre o tema do Desenvolvimento na América Latina e no Equador. Isto se realizará com base na experiência dos técnicos da ACJ Equador. Ao mesmo tempo, os e as jovens participantes não apenas poderão conhecer com maior profundidade projetos de desenvolvimento específicos, como também se estará explorando a possibilidade de que estes estágios sejam validados como crédito de seus estudos universitários.

- ***Ecoturismo***

A YMCA *Tours* entende o ecoturismo como o deslocamento a áreas naturais para entender a cultura e a história natural do ambiente, sem alterar os ecossistemas nem a cultura locais. Sendo o Equador o país com a maior biodiversidade por quilômetro quadrado no mundo, temos muito que oferecer, tanto nas Ilhas Galápagos, como na selva Amazônica. Nós nos diferenciamos daquelas empresas que praticam a indústria turística monopolizada, utilizando a palavra “Eco” de uma maneira falsa, oferecendo um nome de turismo ecológico, mas na hora de realizar a operação turística não respeitam a natureza.

- ***Turismo comunitário***

Esta experiência foi desenvolvida principalmente no bosque úmido tropical Canande, através do projeto “Salvemos o Canande”, cujo objetivo é preservar a biodiversidade do bosque. A ACJ elaborou este projeto conjuntamente com os habitantes dos povoados das redondezas de Canande: Unión Lojana, Simón Plata Torres e Cristóbal Colón. Os recursos gerados com a visita de turistas vão beneficiar diretamente estas comunidades.

É importante assinalar que o desenvolvimento das comunidades indígenas e de outras começa a partir do momento em que o turista chega ao Equador, já que na medida do possível tratamos de utilizar os serviços de transportes prestados por fundações e empresas sem fins lucrativos e que ao mesmo tempo geram trabalho para os setores mais empobrecidos.

Canande - Comunidade Unión Lojana: Experiência de turismo comunitário

No interior da selva, nos limites da Reserva Ecológica Cotacachi – Cayapas na Província de Esmeraldas encontra-se a comunidade Unión Lojana alojada às margens do rio Canande.

Juntamente com os habitantes da Unión Lojana organizou-se a constituição de uma microempresa comunitária de ecoturismo, com 15 sócios, e a construção de uma cabana ecológica. Esta organização participa do atendimento aos turistas e das decisões sobre o uso da cabana. Outras pessoas são guias, ajudantes na cozinha e realizam atividades para melhorar o serviço. A empresa de ecoturismo foi criada com um critério comunitário, o que significa uma complicação para gerenciar a pessoa jurídica, porque essa figura de turismo comunitário não está claramente regulamentada no Equador.

O projeto propiciou espaços para a participação ativa das mulheres. Uma das pessoas que mais ativamente se identificaram e colaboraram com as iniciativas do projeto foi a diretora da escola da comunidade de Cristóbal Colón, a professora Enma Revilla. É uma liderança da comunidade que reconhece que o projeto significou “a realização de sonhos amplamente esperados que não se cumpriam e finalmente começam a fazer-se realidade. Antes queríamos fazer coisas para o meio ambiente e não sabíamos como, mas agora já estamos aprendendo...”

Nas atividades de agroflorestas da escola, alcançou-se a participação de crianças que estão limpando e semeando árvores na zona.

São objetivos da comunidade divulgar o agroturismo e a participação comunitária nas atividades de reflorestação de Canande; reciclar matéria orgânica e aproveitá-la; recuperar material que pode ser convertido em dejetos; e conscientizar a comunidade através da educação ambiental. Outra das atividades importantes em Canande é reciclar a água da cozinha, banheiros e chuveiros, quer dizer, cada um trata sua própria água a partir de cisternas para devolvê-la ao solo. Utiliza-se também a matéria orgânica, através dos dejetos dos animais e das pessoas.

Com o objetivo de preservar o ambiente, os sócios das empresas colocaram 4 recipientes para separar o lixo que vem do povoado e se devolve ao povoado (pilhas, plásticos, vidros, etc.); a matéria aproveitada pelos animais (dejetos); a matéria que os animais não comem (cascas de cítricos, etc.) e produtos da lavagem de pratos e restos de comida (tratamento da água).

Dentro dos benefícios para a comunidades destacamos a renda econômica - através da atividade de guia turístico, alojamento, comida, limpeza de cabana; a participação em atividades agrícolas - aprendizagem, trabalho e intercâmbio de idéias e técnicas de cultivo; a educação ambiental integral; a saúde preventiva; a criação de novas alternativas de trabalho; a recuperação do bosque primário; a oportunidade de conhecer outras culturas; e a valorização das riquezas e da importância de nossa própria cultura

Por outro lado, este tipo de turismo, que pode incluir trabalho voluntário, é dificultado quando não existem recursos para comprar os materiais que permitem o aproveitamento do trabalho do voluntário ou voluntária. Outra dificuldade é que a falta de grupos de turistas voluntários ou convencionais gera desmotivação e preocupação na comunidade obrigando os moradores, em certas ocasiões, a fazer o único que conhecem: Desmatar o bosque e obter recursos através da venda de madeira. A falta de capacitação em outros idiomas pode ser também uma dificuldade na hora de receber turistas estrangeiros.

Conclusões

O turismo de base comunitária é uma ferramenta de desenvolvimento válida, como se evidencia no caso de Canande. Também é uma forma de resistência a iniciativas prejudiciais ao meio ambiente.

É necessário relacionar o turismo de base comunitária com o desenvolvimento local. Isto implica que as populações assumam um maior controle no manejo sustentável de seus territórios, articulando esforços com seus governos locais e estabelecendo alianças estratégicas com organizações parceiras nacionais e internacionais, para ter maior impacto positivo a nível local.

Se atualmente os turistas buscam experiências vivenciais, onde possam compartilhar e aprender com comunidades indígenas e outras, imersas no seu habitat natural, isto é oferecido em um ambiente de respeito e dignidade. Assim, é factível potencializar o turismo comunitário, composto por produtos culturais e pela herança de civilizações ancestrais.

Requer-se também desenhar políticas e mecanismos para que o turismo não se converta em um fator negativo, que atente contra o meio ambiente, o patrimônio cultural, e os valores e símbolos dos povos indígenas.

É importante, ainda, comprometer os governos locais e as instâncias públicas e privadas no apoio e garantia do exercício do turismo comunitário, facilitando a adequada canalização de recursos.

Outro tema central é apoiar e institucionalizar o exercício das empresas de turismo comunitário sob o apoio dos direitos coletivos dos povos indígenas, consagrados no Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho.

Finalmente, é importante destacar que a proposta da YMCA *Tours* como uma alternativa para desenvolver o turismo de base comunitária começou em 2001, apostando neste tipo de turismo como uma das estratégias para o desenvolvimento das comunidades.

Estamos conscientes de que há muito a ser feito. Estamos convencidos de que devemos continuar a busca e o trabalho para conseguir o desenvolvimento com justiça, onde se respeitem os direitos das mulheres, das crianças, dos homens, dos e das jovens. Estamos conscientes de que devemos apoiar as comunidades para que melhorem sua qualidade de vida. Trata-se definitivamente de encontrar pontes inter-culturais, de defender o espaço natural onde caibam os sonhos, as esperanças e o desfrute da vida.

Bibliografia

- ACJ Equador: *Relatório do Projeto Canande*. Quito, 2004.
- Alternative Tourism Group, website: www.patg.org
- Declaração de Otavalo sobre Turismo Sustentável, Comunitário e Identidade: Otavalo 2001.
- Fernández, Guillermina e Ramos, Aldo: *Turismo, sustentabilidade e globalização*. IV Congresso Virtual de Antropologia e Arqueologia, 2004.
- Maldonado, Carlos: *Serviços Empresariais para o Desenvolvimento do Enoturismo Comunitário na Bolívia, Equador e Peru*. OIT, Quito, 2002.
- Sem autor: *A importância do setor turístico para o desenvolvimento local de um território*, s/e, s/f.
- Wood, Megan Epler: *Resposta ao desafio global da participação comunitária no ecoturismo: Estudos e lições do Equador*. Sociedade de Ecoturismo, Quito, 1998.

Pedro Armendáriz é Gerente da
AJC-YMCA (Associação de Jovens Cristãos) Tours, Equador
Helga Serrano é Diretora de Comunicação da AJC-YMCA, Equador,
Quito, Equador.

TURISMO RESPONSÁVEL: O CASO DA ITÁLIA

Gianni Cappellotto

Introdução

Antes de tudo, quero dizer que, além de ser membro do conselho diretor da AITR, faço parte do *MLAL ProgettoMondo*, uma organização não governamental (ONG) de voluntariado e cooperação internacional. Fundada em 1966, com sede em Verona (Itália), promove e sustenta atividades realizadas em parceria com entidades locais, em vários países da América Latina e da África. Em quase 40 anos de experiência, enviou a mais de 20 países cerca de 830 voluntários italianos, que participaram ativamente de mais de 200 projetos. O denominador comum dos projetos realizados pelo MLAL é a formação do pessoal local e a construção de redes de relações que garantam a sustentabilidade dos trabalhos desenvolvidos.

Vocês poderiam perguntar: “Por que uma ONG como o *MLAL ProgettoMondo* trabalha com o turismo?” Essencialmente por três motivos.

Primeiro porque é uma ótima desculpa para aproximar as pessoas que vivem no primeiro mundo da realidade (e dos problemas) dos países do sul do mundo. Fazendo turismo de maneira responsável favorecemos o conhecimento e o intercâmbio a 360°: o turista conhece os problemas, mas também as riquezas e as pessoas, experimentando o dia-a-dia com suas tristezas e suas alegrias. O conhecimento adquirido não é só intelectual, mas vai mexer com os sentimentos e o cotidiano, favorecendo vínculos de proximidade e solidariedade.

Segundo porque é uma oportunidade para fortalecer as comunidades. Se a comunidade que recebe o turista é envolvida logo do começo em todas as fases da atividade turística, desde a idealização até a gestão, além do controle econômico, essa atividade facilita a participação, a capacitação e a abertura da comunidade e o intercâmbio. Além disso, a atividade turística envolve de maneira forte as mulheres, que ganham uma posição estratégica, reforçando o seu papel na comunidade.

Terceiro porque o turismo, valorizando os recursos naturais e culturais, ajuda a preservá-los e a melhorá-los. Muitas vezes as comunidades desconhecem o valor dos recursos que possuem, valorizando tudo que vem de fora, da cidade, do lugar mais “moderno” e desenvolvido. Diferentemente, o turismo, valorizando economicamente os recursos locais, ressalta a importância desses recursos e os põe no centro da atenção da comunidade, favorecendo a sua preservação e o melhoramento.

Com estas idéias a gente começou a trabalhar no turismo, logo organizando viagens para amigos e familiares dos voluntários que trabalhavam nos projetos, e depois, aos poucos, também para quem era interessado.

A Associação Italiana pelo Turismo Responsável (AITR)

Em 1997, junto com outras dez entidades que lidavam de várias maneiras com o tema do turismo, assinamos o documento “Turismo Responsável: Carteira de Identidade para viagens

sustentáveis”³, com o objetivo comum de promover um turismo eqüitativo na distribuição dos lucros, respeitoso das comunidades locais e com baixo impacto no meio ambiente.

Um ano depois, em maio de 1998, as mesmas entidades deram origem à Associação Italiana Turismo Responsável (AITR), cuja missão é a difusão e a realização dos princípios da Carteira de Identidade. Ao longo dos anos, a AITR lançou campanhas de denúncias e de sensibilização, abriu o debate sobre os impactos do turismo, adotou um sistema de monitoramento das viagens organizadas pelos sócios e agora conta com mais de 50 sócios, entre eles ONGs de cooperação, associações ambientalistas, *tour operators*, agências de informação, etc. Atualmente a AITR criou alguns grupos de trabalhos nos temas: turismo na Itália, turismo e cooperação para o desenvolvimento, educação e capacitação. São os temas estratégicos que a gente quer trabalhar no futuro imediato.

Nessa caminhada a AITR conseguiu uma boa visibilidade na mídia e na sociedade civil italiana, e agora é referência para quem trabalha nos temas do turismo e da sustentabilidade. Não sem dificuldade estamos também tentando estabelecer um diálogo com a indústria turística tradicional, visando a colocar a responsabilidade social das empresas na agenda de todas as empresas turísticas.

As agências e os *tour operator* “alternativos” na Itália

Na Itália não existe ainda um setor “alternativo” consolidado como no caso da Alemanha e da Grã-Bretanha, mas o crescimento do número de agências e *tour operators* que oferecem viagens “justas”, solidárias ou responsáveis é muito forte. Em toda a Itália há uma dezena de agências que só oferecem viagens de turismo responsável, e sócios de AITR são RAM - *Centro di Attenzione al Turismo*, *Viaggi&Miraggi*, Pindorama, CTA-VPS, e *Sguardi oltre il confine*.

O caso que vou apresentar é o do CTA-VPS, porque o conheço muito bem, sendo o *Mlal ProgettoMondo* um dos sócios fundadores.

Em 2000, cinco ONGs italianas (ASPEN, CELIM, CISV, CMSR e MLAL) que organizavam viagens de turismo responsável por conta própria decidiram dar vida ao CTA-VPS (*Circolo Turístico ACLI – Volontari per lo Sviluppo*), para cumprir as exigências legais e para incrementar a qualidade das viagens oferecidas. Começou com uma pessoa trabalhando por tempo parcial e propondo pouco mais de uma dezena de roteiros, chegando em 2004 a ter 3 pessoas que trabalham por tempo integral, com um calendário de mais de 80 grupos em 23 diferentes países da África e da América Latina.

O que caracteriza as viagens do CTA-VPS?⁴

Os grupos de turistas são compostos no máximo de 10 a 12 pessoas e acompanhados por um mediador cultural e viajam privilegiando os serviços de empreendimentos comunitários ou de micro-empresas (restaurantes, transporte, alojamento, etc.). O turista recebe antes da viagem material informativo sobre o país e as realidades que vai visitar e pode participar de um encontro de formação, no qual vai receber informações sobre a viagem e o país de destino. O turista vai também receber informações sobre a composição do preço, ou seja, a percentagem que fica com a agência, quanto vai ser gasto para a passagem aérea, quanto fica com as

³ Uma copia da carta está disponível em espanhol no site: <http://www.solidea.org/Aree/turismo/cartaesp.htm>

⁴ As características das viagens, sendo fundadas na Carteira de Identidade para viagens sustentáveis, são comuns, talvez com alguma pequena diferença ou caracterização, entre todos os sócios de AITR.

comunidades e os diferentes fornecedores de serviço durante a viagem. Todas as viagens prevêm uma quota de financiamento a projetos de cooperação.

São três os tipos de viagem propostos: o *tour* de “conhecimento”, o *tour* “comunitário” e o *tour* de “trabalho”.

O *tour* de “conhecimento” é um roteiro com 3 ou 4 etapas no mesmo país, visando a descobrir as riquezas naturais, o patrimônio histórico e cultural e as tradições; são também importantes os encontros com representantes da sociedade civil e as visitas a projetos de cooperação internacional.

O *tour* “comunitário” é um roteiro que prevê hospedagem em casas de famílias. O turista passa a maior parte do tempo com as pessoas da comunidade, compartilhando tempos e estilos de vida, participando, quando possível, das atividades cotidianas, além de conhecer as riquezas naturais e históricas do país.

O *tour* de “trabalho” prevê uma atividade de trabalho voluntário do turista em um projeto de cooperação. Além do tempo de trabalho, há tempo também para excursão e encontros.

Falando em números, desde junho de 2000 até dezembro de 2003, o CTA-VPS organizou 102 grupos com um total de 1045 turistas “responsáveis”. Só em 2004 os grupos foram 97 com um total de mais de 800 turistas viajando em 16 países da África e América Latina. Os países mais procurados são Brasil, Senegal e Peru. 46% dos turistas tem entre 25 e 40 anos, 33% entre 41 e 60. 70% dos turistas nesta faixa é composta por mulheres.

O marketing

A promoção das viagens do CTA-VPS é feita principalmente pelo *site* da internet e por meio do circuito de revistas, boletins e encontros do variado mundo do terceiro setor. Muitos dos turistas chegam a conhecer o CTA-VPS falando com pessoas que já viajaram e gostaram das viagens. Além disso, existe um crescente interesse da mídia, e não é raro que nas revistas mais importantes apareçam matérias sobre viagens de turismo responsável, na maioria das vezes ligadas a projetos de solidariedade e de cooperação.

Conclusões

Temos na frente muitas oportunidades e muitos desafios. A cada dia aumenta o interesse do mercado em geral por produtos de qualidade “ética”, e agora há uma boa fatia de consumidores (uma pesquisa fala de 10 a 15%) que já está procurando roupa, comida e serviços “sustentáveis”. Agora entenderam que o turismo, as viagens, são produtos como outros, e querem produtos turísticos “éticos”, apesar do custo que pode ser um pouco mais alto. Cada vez mais o turismo é visto pelas agências internacionais para o desenvolvimento como instrumento de redução da pobreza. A indústria turística tradicional começa a perceber que opções como a sustentabilidade e a responsabilidade social das empresas são cada dia mais importantes para o sucesso. As opções para fazer turismo sustentável são cada vez maiores. Neste panorama temos que achar o melhor caminho para fazer com que o turismo seja verdadeiramente um instrumento para reduzir a pobreza, para favorecer a inclusão social de todos e o respeito dos direitos humanos.

Na minha opinião, devemos trabalhar em duas direções: na construção de alternativas sustentáveis e viáveis de turismo e no diálogo com a indústria tradicional visando a uma cada vez maior responsabilidade das empresas turísticas.

Primeiro temos que definir exatamente o que é o turismo que queremos. Estou usando palavras como sustentável, responsável, justo, alternativo. Outros usam comunitário, ecológico, solidário. Apesar dos termos, temos que encontrar princípios e critérios comuns para definir o turismo que queremos.

Hoje começamos a ter suficientes opções de turismo responsável, mas ainda são isoladas e com estrutura bastante fraca. Temos que trabalhar na construção de redes de turismo responsável que favoreçam o fortalecimento das comunidades e das empresas turísticas, oferecendo capacitação, informação e interface com os potenciais consumidores (nacionais e estrangeiros). Como ONGs temos que incluir o tema do turismo nos projetos de cooperação e pressionar as agências financiadoras para que o turismo seja considerado como qualquer outra atividade econômica e possa entrar na agenda dos financiamentos.

Quando proponho o diálogo com a indústria quero dizer que temos que ficar muito atentos, porque já apareceram casos de apropriação de termos como sustentável, responsável, ecológico em produtos que de sustentável, ecológico ou responsável têm muito pouco. Devemos abrir canais de comunicação com aquelas empresas que estão trabalhando sinceramente no rumo da sustentabilidade e, junto com elas, cobrar da grande indústria tradicional uma maior responsabilidade.

Finalmente, temos que trabalhar na educação, na informação e na sensibilização do turista-consumidor, porque se ele demanda, além de preço barato e de qualidade, também ética, respeito e responsabilidade, logo a indústria deverá mudar para responder a esta demanda. Não é tarefa simples, mas acho que temos que superar estes desafios, se queremos por em prática outro modelo de turismo.

Gianni Cappellotto é membro da Associação Italiana pelo Turismo Responsável (AITR), Bologna, e do Movimento Leigo da América Latina (MLAL) ProgettoMondo, Verona, Itália.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL - O CASO DA PALESTINA -

Rami Kassis

Vamos começar com o conceito do fenômeno da pobreza. Podemos dizer que combater a pobreza em qualquer comunidade é um processo compreensivo durante um período de tempo que tem um efeito cumulativo. Necessita de diversos esforços: político, econômico e cultural, especialmente porque o mundo hoje está enfrentando a exploração praticada pelas companhias de capital e multinacionais que estão saqueando as riquezas do mundo.

A mudança social não é um processo mecânico realizado simplesmente por uma decisão, mas é um processo social histórico, intimamente relacionado a suas condições políticas, econômicas e culturais. A mudança social é o resultado do processo de diferentes fatores envolvidos naquelas condições e surge de uma combinação de esforços contínuos e mútuos, feitos em coordenação por todas as partes envolvidas – seja no setor privado, na política do governo ou expressados nos financiamentos ou incentivos governamentais, e assim por diante. A mudança social é até mesmo efetuada pelos níveis de consciência e educação do consumidor ou outros indivíduos que estão com os seus status sociais sendo transformados.

Existem várias condições para combater a pobreza. A mais importante é a luta contra o mecanismo que produz a pobreza. Não se pode lidar com os resultados da pobreza sem lidar com as razões que a criaram. O turismo como um fenômeno social também se transformou em um instrumento de exploração, em vez de assumir a forma de interação cultural e ser um instrumento social entre os povos do mundo e um importante fator para o desenvolvimento. O turismo se transformou em uma indústria capitalista que não se preocupa com os interesses das amplas classes sociais marginalizadas. Se o turismo desempenhar o seu papel de maneira positiva, ele pode ser um instrumento importante na luta contra a pobreza, assim como na expressão de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

Como o turismo desempenha o seu papel na luta contra a pobreza?

A crescente emergência do turismo social tem surgido como uma resposta e uma alternativa ao tipo de turismo explorador que é vazio de qualquer contexto cultural, humano e civilizado. Este tipo de turismo negativo muito freqüentemente resulta na violação dos direitos humanos e na exclusão ou marginalização dos povos locais da indústria do turismo. Também é um tipo de turismo negativo que muito freqüentemente resulta em lucros que não são gastos no país provedor do turismo, mas no país de origem dos turistas.

Da mesma forma, a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social são essenciais se o turismo quiser permanecer um produto atrativo. Os turistas normalmente recebem pouca informação sobre as condutas específicas necessárias de responsabilidade socioambiental nos destinos turísticos visitados. Por exemplo, talvez não entendam a necessidade de não desperdiçar água quando participam de um curto e barato pacote de turismo em *resorts* no deserto. Tampouco entendem a necessidade de vestir-se e comportar-se modestamente quando estão visitando culturas que não são ocidentalizadas. Desta maneira, estes comportamentos aumentam os impactos negativos sobre o meio ambiente e as culturas que estão visitando, e este impacto ao longo do tempo tem um efeito negativo sobre a sustentabilidade do destino para o próprio turismo.

O turismo deve ser estudado e trabalhado para fortalecer a comunidade inteira e os recursos da terra dos quais dependemos. O turismo deve ser mais eqüitativo, justo em termos de gênero, ecologicamente sensível, defensor da criança e sustentável.

Portanto, o turismo pode desempenhar um papel positivo no combate à pobreza se respeitar as seguintes premissas:

1. Primeiramente, deve haver um total entendimento do fenômeno a partir das perspectivas internas e externas, e deve haver esclarecimento completo do contexto histórico considerando a exploração e manipulação praticada através das regras e empresas de turismo colonizadoras.
2. Em segundo lugar, é necessário alcançar o empoderamento de comunidades locais e de suas riquezas culturais e sociais.
3. Em terceiro lugar, deve existir concentração específica na criação de programas que podem diretamente alcançar as classes marginalizadas. Da mesma forma, o papel de agentes intermediários deve ser reduzido.
4. Em quarto lugar, os recursos devem ser dedicados a um investimento no poder coletivo das organizações de turismo alternativo, através do estabelecimento de uma rede internacional que adote esta filosofia.
5. E finalmente, deve haver um fortalecimento e ativação dessas organizações e redes através do lançamento de programas práticos, ao invés de apenas pregar-se sermões ou trabalhar-se em nível teórico.

Neste sentido, o turismo pode desempenhar um papel positivo no qual ele pode beneficiar diretamente a comunidades locais, economicamente, culturalmente e socialmente. Esta interação representa poder local. Este poder local é um poder de mudança – de revolução.

A Palestina e o turismo social

O turismo na Palestina tem o potencial de ser um dos principais pilares da economia palestina. No entanto, o setor de turismo palestino não tem testemunhado nenhum crescimento considerável desde 1967, por causa das políticas restritivas impostas pelas autoridades da ocupação israelense. O turismo palestino ainda não foi capaz, de nenhuma maneira, de explorar seu enorme potencial para atrair turistas regionais e internacionais. O estado atual da infra-estrutura do turismo palestino é incompatível com as atrações turísticas disponíveis. Houve uma trágica ausência de planejamento no setor turístico por causa dos 37 anos de ocupação.

O turismo na Palestina tem sido um monopólio israelita desde o estabelecimento do Estado de Israel na Palestina, resultando em um quase total isolamento do povo palestino dos turistas, uma separação cuidadosamente orquestrada por Israel para projetar uma imagem negativa dos palestinos em geral. Por isso os palestinos são freqüentemente rotulados como “árabes” ou como terroristas para poder justificar a ocupação e colonização da Palestina. Desta maneira, o turismo israelense nos territórios ocupados tem servido como uma forma a mais de negar os direitos básicos do povo palestino, especialmente o seu direito de resistir, de beneficiar-se de seus próprios recursos, de manter seu patrimônio cultural e de trabalhar livremente como empregado ou empreendedor em qualquer lugar dentro do seu território.

A ocupação israelense é um bom exemplo de políticas que deliberadamente objetivam mudar a história da Palestina e subverter a sua identidade. Portanto, o turismo social tem um papel extremamente importante a desempenhar na construção da imagem de nosso país. É

potencialmente um instrumento-chave no desenvolvimento de uma imagem positiva da Palestina internacionalmente e um elemento essencial na preservação e na exaltação do orgulho e espírito nacional e local, ao mesmo tempo que contribui para a saúde de suas instituições e patrimônio culturais.

No turismo social, é necessário incrementar a consciência das realidades políticas do conflito e tentar entendê-las. Somente vivendo o que os palestinos experimentaram todo o tempo é que um visitante pode chegar a reconhecer as injustiças que são vividas no dia-a-dia. Com esse entendimento vem um desejo de tentar ajudar a acabar com as injustiças acumuladas na Palestina: as constantes humilhações, a colonização ou a construção de assentamentos, a situação dos refugiados e as conseqüências dramáticas do crescente muro do *apartheid*, abusos aos direitos humanos e outros incidentes da ocupação enormemente institucionalizada.

Em um mundo perturbado por conflitos e xenofobia (freqüentemente baseados em mal-entendidos e preconceitos), o turismo social pode facilitar o diálogo cultural, a harmonia e o entendimento entre os povos. Um conhecimento mais profundo da cultura de outros povos irá estimular o entendimento e um desejo de cooperar. A criação de uma imagem positiva para um destino turístico, fazendo-o melhor conhecido no mundo em geral e nos mercados-alvos do turismo especificamente, irá efetivamente ajudar a incrementar a demanda por todos os produtos e serviços, incluindo serviços de turismo e produtos do país em questão.

Existe uma necessidade de desenvolver um produto do turismo social palestino que se distinga do modelo clássico e que seja competitivo no mercado internacional. Isto pode ser alcançado através do enfoque em programas alternativos e do desenvolvimento de um ambiente físico que atraia visitantes por temporadas mais longas na Palestina. O produto turístico deve ser ampliado para incluir feriados de interesses especiais e *tours* temáticos, trilhas, missões de solidariedade e de reconhecimento, conferências e encontros com as “rochas vivas” (personalidades famosas). Uma imagem renovada da Palestina precisa ser apoiada por um melhoramento na provisão de informações ao redor do mundo sobre produtos turísticos e oportunidades recreativas na Palestina.

O principal objetivo do desenvolvimento do turismo social na Palestina é garantir o desenvolvimento sustentável econômico, social, cultural e espacial baseado na preservação, manutenção e valorização do patrimônio cultural. Os princípios-chave do turismo social sustentável são: viagens responsáveis, preservação ativa do patrimônio cultural e tradicional e um compromisso em garantir o bem-estar do anfitrião palestino. Desta maneira, o respeito à identidade da sociedade palestina, à sua cultura e modo de vida será um investimento essencial do qual ambos viajante e anfitrião palestino se beneficiarão.

Finalmente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para convidar a todos e todas a visitar a Palestina. Este é o momento de demonstrar o apoio ao povo palestino. Apesar das diárias proibições de acesso, dos cercos, dos bloqueios de estradas, dos ataques e das invasões militares freqüentes – ou talvez justamente por causa deles – a sua presença na Palestina é necessária e bem-vinda.

*Rami Kassis é Diretor Executivo do
Grupo de Turismo Alternativo (ATC), Belém, Palestina.*

TURISMO COMUNITÁRIO: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO - O CASO DO BRASIL -

Lindomar Fernandes

Boa tarde, me chamo Lindomar Fernandes, sou do Nordeste do Brasil precisamente do Ceará, de uma comunidade de pescadores chamada Prainha do Canto Verde que fica a 120 km ao leste da capital Fortaleza no município de Beberibe. Ouvindo todas essas explanações durante o V Fórum Social Mundial venho trazer a minha contribuição para esse evento através da experiência de desenvolvimento sustentável da comunidade onde moro, focando em cima da atividade turística, que é o tema desta mesa, como instrumento para a redução da pobreza, e no sentido de mostrar que outro turismo é possível. É isso que o Fórum promove, essa troca de experiência com outras cultura, raças ou idéias para o bem da sociedade global.

Bom, mas para eu começar a falar do turismo de base comunitária tem um longo processo de discussão antes de chegarmos ao turismo. Primeiro gostaria de lembrar que qualquer comunidade que pensar em planejar um desenvolvimento, não tem sentido se essa comunidade não tiver como prioridade o direito à moradia. No nosso estado, o Ceará, não é diferente em relação a muitas explanações que presenciei neste evento e Prainha é uma das comunidades que fazem parte desta estatística em nosso país onde os poderosos se dizem donos de tudo.

Tudo começou na década de 70 quando um especulador chamado Antônio Sales Magalhães apareceu na comunidade, dizendo que era dono de toda área de 749 ha onde viviam muitas famílias, e que os moradores deveriam desocupar aquela área porque era dele, e ele tinha planos futuros para o local. Na comunidade já existia um grupo muito forte da religião católica formado por mulheres da comunidade, e foram essas mulheres e mais tarde envolvendo seus companheiros que iniciaram a resistência às ameaças constante desse grileiro. E foi na igreja católica que esse grupo encontrou apoio, na arquidiocese de Fortaleza, que tinha como liderança um homem admirado por todos nós e tem uma forte liderança dentro da igreja, o cardeal e arcebispo de Fortaleza Dom Aloisio Lohscheider, hoje arcebispo de Aparecida em São Paulo. Ele criou um núcleo que até hoje dá suporte às comunidades carentes do estado, o CDPDH (Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos) daí se travou uma batalha com ameaças e agressões contra os moradores, uma batalha acirrada que dura até hoje.

Mas só a luta e a resistência não eram suficientes para a batalha, faltava uma arma fundamental, uma entidade que representasse os moradores perante a justiça. Foi então que em 1989 nasceu a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, e o processo hoje está no Supremo Tribunal Federal de Justiça, em Brasília, na última instância. A comunidade começou a perceber que existiam outros problemas internos e que precisavam de soluções urgentes, porque todo o trabalho de resistência dependia do processo de organização e desenvolvimento da comunidade. Um dos passos mais importantes que a comunidade deu além de lutar pelo direito e espaço à moradia foi fazer um diagnóstico dos problemas da comunidade que não eram poucos. Como segundo passo, a Associação criou conselhos comunitários de diversos segmentos como Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho dos Pescadores, Conselho de Turismo e Conselho de Gestão da Terra.

O terceiro passo foi priorizar algumas coisas, é claro que todos esses segmentos são muito importantes, mas tivemos que priorizar algumas coisas, e começamos pela saúde, porque a comunidade tinha um índice de mortalidade infantil muito alto. Assim, se fez um trabalho

com as mães, uma enfermeira chamada Marialda, mestrando da USP, fez sua tese de mestrado sobre a saúde materna infantil da Prainha do Canto Verde, e junto às mulheres fez um trabalho de prevenção, incentivando o pré-natal e o aleitamento materno até os 6 meses de idade. O resultado foi excelente, o último caso constatado de mortalidade infantil na comunidade foi em 1995, até hoje não se registrou mais nenhum caso.

Um marco muito importante que aconteceu na comunidade foi quando no ano de 1993 quatro pescadores e duas mulheres fizeram uma viagem de protesto saindo da Prainha do Canto Verde ao Rio de Janeiro a bordo de uma jangada com as duas mulheres apoiando por terra. Durante a viagem fizeram 20 paradas ao longo do litoral brasileiro chamando atenção a quatro problemas: 1. A pesca predatória da lagosta feita de mergulho conhecido como compressor e a pesca da lagosta miúda, 2. A especulação imobiliária no litoral do Ceará; 3. O desenvolvimento do turismo de massa; e 4. A falta de apoio à pesca artesanal. O primeiro resultado concreto foi a criação da ONG Instituto Terramar, com o objetivo de assessorar, dar assistência técnica às comunidades do litoral para o desenvolvimento sustentável das atividades ligadas ao mar e de exigir a participação da população na tomada de decisões das políticas públicas, assim como no resgate das tradições nas comunidades e o desenvolvimento social, cultural, econômico e a preservação ambiental.

O problema da pesca não se limitava apenas aos piratas do mar (pescadores clandestinos com uso do compressor), mas também envolvia o monopólio que existia na comercialização do pescado. Foi então que a Associação junto com outros parceiros através do Conselho de Pesca local construíram um entreposto de recepção de pescado para acabar com os atravessadores que não valorizavam o pescado e pagavam de sua maneira, também foram feitos alguns projetos para novas embarcações e novos apetrechos de pesca. O objetivo foi alcançado com a expulsão dos atravessadores, assim que hoje o preço do pescado é um preço justo. Com isso abrimos um canal de comercialização direto entre o produtor e a empresa receptora, neste caso, exportadora de peixe e lagosta.

A educação era outro problema. Os nossos governantes municipais que nunca tiveram a educação como prioridade não valorizavam os professores, seja na remuneração ou qualidade profissional (capacitação e formação), e não investiam em capacitação para melhorar a qualidade do ensino. A Associação dos Moradores e o Conselho de Educação da Escola Bom Jesus dos Navegantes, junto com o Instituto Terramar iniciaram o projeto “Criança Construindo” financiado pela Fundação Abrinq, capacitando as professoras para introduzir uma nova metodologia de ensino, o construtivismo, trazendo a realidade local para dentro da sala de aula. Até um livro pedagógico, “A nossa história”, foi construído com os professores, alunos, pais e colaboradores, que trata da realidade da comunidade, e esse livro faz parte no dia-a-dia na sala de aula dos alunos, e até rendeu o Prêmio Criança 1997 da Fundação Abrinq. Hoje, a escola da comunidade é vista como um modelo para o município.

Depois de desenvolver os projetos de educação e pesca sustentável, a comunidade sempre pensou que o turismo na zona costeira poderia ser uma oportunidade e uma alternativa para as comunidades litorâneas. Desde 1993 as lideranças comunitárias já discutiam de que forma a comunidade desenvolveria o turismo, já que era inevitável que de uma forma ou outra essa importante atividade econômica chegaria à comunidade. Mas se chegava de forma não planejada, a comunidade sofreria mudanças muito grandes, como podíamos ver através de experiências de outras praias vizinhas. O primeiro passo foi fazer uma pesquisa de campo. Quatro estudantes da comunidade foram até as praias de Morro Branco, Praia das Fontes, Parajurú e a famosa Canoa Quebrada. Todas essas praias já tinham sido invadidas pelo turismo, sem a participação da comunidade, ou seja, por empreendimentos turísticos

externos. O objetivo da visita do grupo de jovens era saber como os nativos tinham recebido esse tipo de turismo e o que eles achavam dos impactos negativos e positivos sobre os residentes locais, e quais eram os benefícios e problemas que essa atividade traria para a comunidade.

Depois de muita discussão, a comunidade promoveu em 1998 um seminário com a participação dos moradores, comunidades vizinhas, ONGs, entidades do governo e o Instituto Terramar para debater sobre “Qual é o turismo que nós queremos?” Neste seminário foi apresentado o resultado da pesquisa e foi constatado que os moradores destas praias tomadas pelo turismo não estavam satisfeitos com o resultado, porque estavam perdendo o espaço de moradia, sendo jogados para longe da praia. Onde se viu peixe morar fora d’água e pescador morar longe da praia? Outros indicadores foram os filhos das famílias se envolvendo com drogas e com a prostituição, assim como a perda da diversidade cultural. Ou o pescador deixando de pescar peixe para pescar turista, virando bugueiro. Geralmente a mão de obra de qualidade não foi contratada no local e o que sobrou foram as migalhas de emprego que restavam, sem carteira assinada.

Chegou-se à conclusão de que a maioria queria implementar um turismo diferente que pudesse trazer benefício para a própria comunidade, gerando renda e emprego para os jovens, e que a renda fosse distribuída na comunidade, sem concentração de riqueza, onde os donos de restaurantes, pousadas e outros empreendimentos turísticos fossem moradores da comunidade. Os membros da comunidade seriam os gestores do empreendimento e ao mesmo tempo conservariam as belezas naturais da região. Respondendo à pergunta do tema do seminário, encontramos a seguinte resposta: “Turismo de base comunitária”, onde a atividade gera renda complementar, porque a principal fonte de renda da comunidade sempre foi e sempre será a pesca.

Como resultado dos debates do seminário se criou a Cooperativa de Turismo e Artesanato (COOPECANTUR). Quem são os membros da cooperativa? São moradores da comunidade, sócios da associação dos moradores em dias com as cotas de sócios, que fornecem algum serviço turístico e pagam uma taxa anual de cadastro de acordo com o tipo de serviço. A cooperativa é formada pelos cooperados, com uma diretoria composta por 11 diretores voluntários dos grupos de prestadores de serviço, como o grupo dos restaurantes, o grupo das hospedarias, o grupo dos(as) cozinheiros(as) para banquetes e festas, o grupo das merendeiras para eventos e reuniões, o grupo dos condutores de trilhas, o grupo de excursionistas e o grupo dos artesões. Outra questão importante era a capacitação para preparar os moradores para o turismo. Assim, foram oferecidos cursos para todos os envolvidos desde a recepção ao serviço de cozinha, trilha e atendimento, sempre incluindo os alunos da escola para aprender também. Só então estávamos prontos para receber o turismo na comunidade, para que quem visitar a Prainha se sinta muito bem, retorne muitas vezes e a recomende aos amigos.

A principal dificuldade que enfrentamos é a falta de apoio do governo, na necessidade de capacitação, acesso a linhas de crédito para pequenos projetos, a falta de infra-estrutura básica da qual dependemos do governo e o pouco apoio nas atividades de *marketing* e promoção de nossos serviços de turismo. Agradecemos muito ao apoio de amigos no exterior, especialmente à Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, que vem apoiando o projeto com recursos para pequenos investimentos, capacitação, material de promoção e cursos de idiomas. Em 2003 realizamos outro Seminário, a fase II, para planejar o período de 2004 a 2007. Temos convicção que estamos no caminho certo e que este tipo de iniciativa pode estar beneficiando a outras comunidades no litoral do Brasil. A nossa idéia é de fortalecer as comunidades do litoral do Ceará que vivem com as mesmas ameaças da especulação

imobiliária constante, e temos contribuído dando assessoria a essas comunidades no seu desenvolvimento turístico.

Não tem faltado reconhecimento e veio logo em 2000 com o prêmio de uma ONG alemã. A Prainha foi a primeira e única comunidade do Brasil (entre 1995 e 2004) a ganhar o prêmio “TODO!” de Turismo Socialmente Responsável. Em 2002 foi a vez do Prêmio para o Estudo de Caso de Turismo Responsável da Prainha do Canto Verde do SESC/SENAC. Em 2003 a companhia aérea inglesa BRITISH AIRWAYS concedeu o reconhecimento de “Destino de Turismo altamente recomendado” como parte do “Tourism for Tomorrow Award” e, por último, ganhamos o Prêmio “Super Ecologia” na categoria Turismo Ecológico da revista brasileira Super Interessante.

Lindomar Fernandes é Coordenador da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde (Ceará), Brasil.

Mesa V:

Estratégias de resistências frente aos impactos de turismo



CONFLITO, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS FRENTE À “SUSTENTABILIDADE” NEOLIBERAL

Rodrigo Ruiz Rubio

Durante o ano 2000, enquanto o governo corrupto e ditatorial de Alberto Fujimori preparava sua segunda reeleição, foi criada a Comissão de Promoção do Investimento em Turismo (CEPRI – Turismo), encarregada de “identificar, avaliar e promover projetos turísticos concessionáveis ao setor privado”.⁵ Esta entidade iniciou seu trabalho identificando 45 recursos culturais e naturais com potencial turístico. Esta perspectiva de desenvolvimento do turismo no Peru se estrutura dentro da dinâmica da política privatizante neoliberal e sua execução gerou conflitos nas comunidades onde se localizam os principais recursos a serem privatizados, como é o caso de Kuelap e Playa Hermosa.

Kuelap é uma grande fortaleza de pedra de origem pré-inca que se situa no território da comunidade de Kuelap na Região Amazonas, ao norte do Peru. Neste lugar, o Estado pretende entregar em concessão as obras de infra-estrutura para exploração turística e para isso necessita ter a propriedade e o controle dos territórios adjacentes à grande fortaleza, onde vivem centenas de famílias camponesas durante séculos.

Na prática, esta concessão turística significa o monopólio dos direitos de uso e benefício de seus recursos, ficando a população originária de Kuelap e outras do lugar excluídas e sem o controle de seu patrimônio cultural, seu entorno ecológico e deslocadas de suas terras. Somado a isso, o Estado vem entregando concessões mineiras nas proximidades, situação que evidencia a real perspectiva de “desenvolvimento sustentável” do Estado e das corporações privadas. Isso se explica ao conhecer-se o conceito de sustentabilidade para o turismo mediante o qual eles se regem: *“O turismo é antes de tudo uma atividade econômica. Conseqüentemente, para que seu desenvolvimento seja sustentável no tempo, deve ser uma atividade rentável, com capacidade de gerar vantagens aos investidores”*.⁶

Esta situação gera um interessante processo de organização das populações para defender seus direitos humanos e recursos. Dentro deste cenário, surge a Associação para a Defesa e Desenvolvimento de Kuelap, organização formada pelos próprios kuelapinos e pessoas solidárias, que iniciam um trabalho de pesquisa das implicações dos projetos e de organização, conscientização, capacitação e ação das comunidades. Neste processo, fomos nos relacionando com outras organizações e comunidades que vêm sendo afetadas por projetos similares. Tal é o caso de Playa Hermosa, na zona litorânea da região de Tumbes, que foi afetada também por uma concessão turística, ou o caso das comunidades afetadas pela mineração em todo o país, além de outras comunidades de países-irmãos. Realizamos, assim, um trabalho de intercâmbio e apoio mútuo, com clara consciência da necessidade de articulá-los e unir forças diante da imposição de uma política neoliberal que, de diferentes maneiras, vem se apropriando de nossos recursos e violando nossos direitos fundamentais.

A superação de nossos espaços territoriais e reivindicações específicas ou setoriais neste processo de luta se dá pela perspectiva de futuro na qual apresentamos nossos objetivos e visualizamos o conflito. A luta não é por um turismo sustentável, mas por uma sociedade

⁵ Resolução Suprema 432-2000. Presidência do Conselho dos Ministros. 3 de outubro de 2000.

⁶ Manual do Marco Conceitual do Turismo no Peru. Promperu, julho de 2000.

realmente sustentável a partir de uma perspectiva humana e ecológica e não da economia capitalista.

O conceito de desenvolvimento sustentável cunhado pela Comissão Brundtland foi desenhado como uma clara estratégia discursiva para continuar com as políticas desenvolvimentistas de apropriação de recursos e não para assegurar a sustentabilidade do meio ambiente e a possibilidade de futuro da maioria da população. Buscou assegurar a contínua reprodução e expansão do capital, inclusive até os lugares e espaços mais “sagrados” da natureza e da vida.

Este conceito encerra duas condições que precisam ser revisadas para que se lhes dê uma nova e real dimensão. A primeira alega que as atividades humanas (principalmente produtivas) sejam sustentáveis, social e economicamente, no presente. A segunda, que só é possível enquanto se cumpre o objetivo da primeira, sustenta que as atividades que asseguram o presente não ponham em perigo a subsistência das gerações futuras e de seu entorno ecológico.

Passando uma vista rápida nas condições atuais de nossa sociedade global e do próprio meio ambiente, é inquestionável que estas condições estão longe de cumprir-se. Em todo caso, dadas as evidências, vemos que produzimos nosso presente em clara contradição ao que poderia chamar-se uma perspectiva sustentável de sociedade e com isso a conseqüente negação, não apenas de um porvir sustentável, mas também da diminuição de possibilidades da existência de um futuro.

Lamentavelmente, esta afirmação não parte de uma série de suposições ou conjecturas que nasçam das previsões de algum feiticeiro ou de algum ativista fundamentalista radical anti-sistêmico, mas da análise prática da situação atual e da projeção científica dos próprios organismos internacionais e pesquisadores de boa reputação que anunciam um futuro apocalíptico, com a continuação das dinâmicas econômicas hegemônicas. Basta revisar alguns dados para confirmar esta situação.

- O Peru é um dos três países, juntamente com Honduras e Bangladesh, com projeção de tensão e escassez de água crônica, para o ano de 2025.⁷
- Nos últimos 40 anos, 22% da superfície gelada das 18 cordilheiras geladas que existem no Peru desapareceram.⁸ Se o aquecimento global prosseguir, assim como a poluição, prevê-se que em 25 anos as mesmas poderiam desaparecer totalmente e com isso afetar consideravelmente o leito dos rios que alimentam e as atividades produtivas agrícolas que sustentam.
- Em maio de 2004, o Peru foi considerado pela FAO como um dos 10 países com nível crítico de segurança alimentar dentro de uma década, apesar de ser um país biologicamente megadiverso e primeiro em espécies nativas domesticadas no âmbito mundial.

Lamentavelmente, a situação do Peru não é uma exceção no cenário mundial. Os problemas da poluição, o desaparecimento paulatino da camada de ozônio, o desmatamento dos bosques, a pobreza, a desigualdade, a marginalização e opressão são sofridos por grande parte da população mundial. E isso apesar do desenvolvimento tecnológico e das capacidades produtivas da sociedade estarem na possibilidade logística e técnica para reverter esta

⁷ Segundo um estudo do Centro *Tyndall* para a Pesquisa sobre as Mudanças Climática do Reino Unido, 2005.

⁸ De acordo com os dados do Instituto Nacional de Recursos Naturais publicados na revista *Caretas*, 17 de março de 2005.

situação. O sistema capitalista não é estruturalmente capaz, nem está dentro de sua perspectiva política-ideológica, de modificar esta realidade, diante dos enormes benefícios que esta situação lhe proporciona, já que nunca na história do capitalismo sua hegemonia e os níveis de acumulação alcançados foram tão grandes. Tendo esta matriz estrutural e ecológica que condiciona os processos sociais e determina os transtornos ecológicos, é pouco provável que alguma atividade humana ou produtiva possa ser sustentável no tempo.

Com isso não negamos, nem pretendemos subestimar os esforços de diversas comunidades ou organizações que vêm levando adiante projetos de turismo ou outras atividades produtivas que tratam de desenvolver suas iniciativas dentro de propostas honestas de participação democrática e sustentabilidade social, ecológica e econômica. Nós as consideramos importantes, enquanto práticas que poderiam gerar novas experiências sociais e produtivas.

No entanto, é imprescindível chegar a um nível de clareza política e superar nossos limites reivindicatórios, circunscrições territoriais, projetos comunais ou regionais e limitadas perspectivas temporais, para pensar em projetos coletivos que transpassem e superem esses espaços e perspectivas e assumam uma dimensão de futuro e de real “sustentabilidade”, e isso não será possível enquanto persistam as rígidas estruturas sistêmicas hegemônicas capitalistas.

É por isso que propomos, aproveitando o espaço do Fórum Social Mundial, repensar e dar a verdadeira dimensão e transcendência ao lema “Outro Mundo é Possível”, que possui um significado muito rico e em sua essência não apenas propõe que um mundo reformado seja possível ou que precisamos de um mundo mais justo.⁹ Acreditamos que o lema é muito mais profundo e provocador e inclui o convite a construir outro, diferente, oposto, alternativo, distinto e novo mundo ou racionalidade.

Esse ideal, talvez distante mas possível, é o que alenta e motiva nossa resistência e construção, enlaçando as organizações, reconstruindo nossa história, gerando ações diretas em nossos processos de luta e motivando espaços de debate, discussão e construção de pensamento; porque sim acreditamos que outro mundo é possível e estamos lutando para construí-lo.

*Rodrigo Ruiz Rubio, Presidente da Associação para a Defesa e Desenvolvimento de Kuelap (ADDK),
Kuelap (Amazonas), Peru.*

⁹ Diversas análises e propostas teóricas, políticas e científicas revelam a impossibilidade estrutural de um capitalismo sustentável, afirmando que as crises e problemáticas sociais e ecológicas que se agravam - enquanto os processos de acumulação econômica crescem sem parar e a um registro histórico - são parte da dinâmica capitalista e não imperfeições da mesma.

A LUTA DOS AGRICULTORES CONTRA O PROJETO TURÍSTICO PLAYA HERMOSA

Rositte Rosales Medina

O projeto turístico *Playa Hermosa* foi promulgado pelo próprio presidente da República mediante a lei 27.782, no dia 13 junho de 2002. Este projeto abrangeria uma área de 6.182 hectares paralela ao mar, que o Estado pretende entregar a um investidor privado para o desenvolvimento de infra-estrutura turística de praia como hotéis, restaurantes, cassinos, lojas e discotecas, entre outros.

Para executar este projeto, o estado teria que desapropriar os territórios e transtornar a vida de 2.500 agricultores, que subsistem do trabalho na terra nesta zona. Também seriam afetadas centenas de famílias de pescadores e extrativistas artesanais de larvas de lagosta miúda, porque esta lei beneficia ao possível investidor, vulnerabilizando os direitos fundamentais das populações ancestrais e os interesses da nação com ações como as seguintes:

- A garantia de uso exclusivo das praias para investidores, incluindo a parte marítima até 1 quilômetro adentro. Isso significa que nenhum cidadão peruano ou estrangeiro poderá circular por essa zona, a não ser que utilize os serviços do concessionário.
- A entrega de zonas dentro dos 50 quilômetros de fronteira a estrangeiros, através de um processo de uma privatização, violando a Constituição.
- A criação de uma Autoridade Autônoma do Projeto, na qual não se considera nenhum representante das populações afetadas.
- A declaração de “interesse nacional e necessidade pública” de um projeto do qual será beneficiário um agente particular, infringindo a própria Constituição e a jurisprudência nacional.
- A instituição de benefícios tributários como: Depreciação anual de até 20%; devolução do Imposto Geral sobre Vendas (IGV) que é 18 % do preço total de suas aquisições e contratos; isenção de pagamentos de direitos alfandegários, criados ou por criar-se, durante o prazo de 5 anos a todas as importações de bens de capital; e isenção do Imposto Predial e do Imposto às embarcações de recreação por dois anos.

Estes benefícios e facilidades que se entregam aos investidores transnacionais que adquirem as terras de *Playa Hermosa* não estão enquadrados dentro de um projeto de desenvolvimento turístico regional. Os próprios empresários turísticos de médio porte da região que investiram nas praias se opõem ao projeto por considerá-lo uma concorrência desleal e discriminatória ao não estender seus benefícios a toda a região, mas somente ao grande investidor desse projeto específico.

Diante desta lei abusiva, ditatorial, verticalista, irresponsável e contrária aos interesses dos pequenos agricultores, nós agricultores afetados realizamos as seguintes ações:

- Marchas e protestos públicos.
- Duas greves agrárias com bloqueio de estradas.
- Fruto das medidas de luta, o governo concordou em assinar uma ata no dia 3 de julho de 2002 entre os representantes do Governo Central e as organizações agrárias de Tumbes, cuja proposta indica que não se aprovará a lei até que haja consenso dos agricultores. No entanto, no dia 12 de julho de 2002 o governo não cumpriu seu compromisso e promulgou a lei que desapropriaria nossas terras.

- Denunciou-se o fato perante o Poder Judicial em primeira y segunda instância havendo sido o mesmo desfavorecido por juízes servis do governo.
- Finalmente recorreremos ao Tribunal Constitucional, instância que até o momento não emitiu seu veredicto.

Em todos os momentos, os agricultores e suas organizações nós mostramos abertos ao diálogo e tratamos de encontrar uma solução, mas a resposta foi prepotência e engano da parte das autoridades.

Na atualidade nós agricultores vimos nos organizando também contra esta nova ameaça que se junta à do projeto Playa Hermosa, isto é, o Tratado de Livre Comércio que o governo está prestes a assinar com os Estados Unidos. Este tratado significaria a aniquilação da produção agrária de nossa região, diante da entrada de produtos agrícolas subsidiados pelos Estados Unidos. Para enfrentar estas lutas, nós nos coordenamos com organizações e comunidades de outras regiões do país como Kuelap, também afetada por um projeto turístico, ou com os companheiros das comunidades afetadas pela mineração e os grêmios agrários agrupados na CONVEAGRO (Convenção Nacional de Agricultura Peruana).

Finalmente, Pro Inversión que é a entidade estatal encarregada do processo de privatização turística, vem modificando a lei de concessão para que seja uma privatização. Diante disto, nós agricultores estamos vigilantes para defender os nossos direitos.

*Rositte Rosales Medina, Presidente do
Comitê de Produtores de Arroz de Tumbes, Peru.*

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS IMPACTOS DO TURISMO EM ESMERALDAS, EQUADOR

Modesto Segura Quintero

A partir da visão ocidental, toma-se o turismo convencional como uma das alternativas às frágeis economias da América Latina. O Equador é um país pequeno, caracterizado por sua singular topografia, sua diversidade de zonas climáticas e uma prolífica população de espécies vegetais e animais, além de possuir uma riqueza cultural impressionante.

Na estrutura jurídica do Equador, as políticas do turismo garantem os investimentos nacionais ou estrangeiros, que o convertem em um atrativo de mercado. A “indústria sem chaminé” se converteu em um grave problema para as comunidades, sendo uma atividade como qualquer outra e muito complexa, cujos impactos são silenciosos, porém mortais. Esta atividade ameaça cada vez mais a milhares de populações através do deslocamento de suas terras ancestrais ou comunitárias, causando, por fim, as grandes migrações às cidades e a outros países com o objetivo de encontrar alguma forma de subsistir. Nas últimas décadas, a estratégia do turismo mudou para ecoturismo, turismo solidário, de aventura, social, entre outros, mas os problemas de fundo continuam a crescer notavelmente.

Registra-se o avanço dos mega projetos de turismo na América Latina. Na zona sul do Peru, na cidade de Tumbes, existe o projeto de Playa Hermosa, e na zona andina, em Kuelap, foram concedidos sítios arqueológicos a transnacionais de turismo. No Equador, na zona noroeste da província de Esmeraldas, existe o projeto Paraíso Equatorial, o maior da América Latina, que abrange uma extensão de 82.000 hectares. Existem outros casos similares que se apresentam na Argentina, Brasil e México. Nestes lugares os problemas são maiores que as soluções, e não se melhoram as condições nem a qualidade de vida das pessoas nas localidades. É irônico que, enquanto se vê grande conforto e luxo nas grandes infra-estruturas, as periferias estão submersas em miséria, excluídas dos serviços básicos elementares para uma vida digna.

Diante desta situação, nós das comunidades nos encontramos com muitos problemas e injustiças. Não queremos mudar nossa forma tradicional de vida, nem ceder nossas terras ancestrais aos grandes monopólios de turismo, onde nossos recursos naturais, nossa gente e cultura formam parte do atrativo pacote ofertado ao mercado. Assim, começamos a introduzir-nos na dinâmica de buscar projetos alternativos sustentáveis para resolver o empobrecimento causado pelo modelo de desenvolvimento atual. Perguntamos: Quem maneja o turismo? Para onde vão os recursos econômicos gerados por esta atividade? Se o turismo gera tanta riqueza, por que há tanta pobreza?

Estabeleceu-se o paradigma de que as comunidades locais devem participar das atividades do turismo e de seus benefícios. O importante é que os membros das comunidades locais sejam os atores de seu próprio desenvolvimento e que sejam eles os responsáveis por propor e executar sua proposta, sob sua cosmovisão. O turismo para as comunidades ancestrais é uma atividade milenar, estava baseado na solidariedade, no respeito e no intercâmbio cultural entre povos irmãos, sem pensar na retribuição econômica. O que sucede é que não sabíamos o nome comercial com o qual batizaram a mencionada atividade.

A proposta de Intercâmbio Solidário com Identidade que estamos realizando não é uma alternativa econômica para substituir outras atividades econômicas. Ao contrário, ela vem complementar as outras iniciativas existentes. No Equador, em Manta, o turismo representa 30% do total da renda dos habitantes da localidade. No caso específico do trabalho de nossa

organização de base APACOPBIMN na zona do Cantão Eloy Alfaro e da reserva dos manguezais mais altos do mundo – Majagual – esta atividade representa 30% da renda total anual de cada família que participa dessa atividade. É necessário falar de duas coisas importantes, das condições e capacidades, o que faz com que nem todos possam participar de uma forma direta deste trabalho. Os poucos serviços básicos de certos lugares praticamente impossibilitam que essa atividade seja realizada por nós mesmos.

Sobre a proposta de Intercâmbio Solidário com Identidade, que nós consideramos como uma estratégia de resistência a esses modelos neoliberais da globalização e ao mercado da vida, a partir de nossa experiência, pensamos que é elementar falar de duas coisas para fortalecer as capacidades e as condições: As formas de organização e a capacidade de controle. É importante que a organização comunitária esteja clara ao estabelecer sua proposta política, para garantir seu projeto de vida, baseado em seus conhecimentos tradicionais – respeito e equidade. Temos que lutar pela posse da terra comunitária ou ancestral, pedindo ao Estado que conceda, outorgue e reconheça o direito de ter e usar nossos recursos e território da melhor forma que consideremos. Temos que trabalhar dentro de um plano de uso ancestral e tradicional da terra (plano de manejo), no qual possamos nos apoiar no conhecimento técnico e realizar um estudo de avaliação do uso atual e potencial do solo. Isso com o propósito de identificar nossas potencialidades em relação à riqueza natural que possuímos.

À medida que consigamos isso, então poderemos falar de soberania e autonomia, levando em consideração estes elementos, assim como a capacidade de controlar e decidir sobre o uso da nossa terra e seus recursos. Nesta proposta, desempenham um papel importante os governos locais, estaduais, nacionais e ONGs, cujo papel é fortalecer as iniciativas locais, com assistência técnica, recursos econômicos, sem impor modelos nem condições frente aos modelos de vida das comunidades.

É necessário fechar esta cadeia com uma proposta de auto-suficiência camponesa para o consumo local, e assim reativar as economias das comunidades e recuperar a segurança alimentar e os sistemas de produção sustentáveis.

É importante identificar que tipo de visitante queremos em nossas comunidades e para quê. Em nossa situação particular, temos três tipos de visitantes: estudantes, que são os mais freqüentes; turistas que vêm para conhecer e ficam por dois ou três dias; e visitantes que vêm com outra visão de solidariedade e respeito para compartilhar nossa forma de vida e o trabalho artesanal, para conhecer qual é o processo histórico de nossa luta e cultura. Ao final, estes terminam sendo aliados do processo comunitário e o apóiam de várias maneiras como com denúncias, em seus respectivos países, sobre a problemática, a destruição e os impactos sociais, econômicos, ambientais e outros que as empresas causam em nossas comunidades e a diferentes recursos existentes. Também entram em contato com outros grupos, no intuito de estimular a visita a esses lugares ou comunidades e enviam algumas coisas tais como material didático, brinquedos, roupa, entre outros, às crianças da escola de cada lugar que visitam. É certo que o fato de ter este tipo de visitantes que terminam sendo aliados não é uma casualidade, mas, melhor dito é o resultado de um trabalho árduo de organizações comunitárias e afins, comprometidas em fortalecer este modelo, e através de um processo de coordenação chegamos a ter estes resultados.

Agora, como este é um processo de resistência que nós, as comunidades, levamos contra este modelo desestabilizador e monopolista de nossos recursos e territórios ancestrais e comunitários, é necessário continuar construindo as nossas próprias políticas, para fortalecer nossos processos e seguir construindo nosso projeto de vida, com autonomia, justiça e

equidade. É urgente e necessário estabelecer alianças entre comunidades e países da América Latina e outros que estão vivendo os mesmos estragos dessa nova forma de colonização e pilhagem, através das quais possamos encontrar espaços e discutir a necessidade de criar um movimento que estabeleça outra forma de turismo - não deve ser um turismo que apenas abra para a participação das comunidades, mas um turismo no qual as comunidades sejam as gestoras de seu próprio destino e desenvolvimento, se elas considerarem isso necessário. Neste contexto, as ONGs deveriam converter-se em aliadas estratégicas para fortalecer as iniciativas locais e as lutas de resistência e não para decidir sobre o destino de nossos povos.

*Modesto Segura Quintero é Presidente da APACOPBIMN (Associação de Pescadores Artesanais e de Comercialização de Produtos Aquáticos dos Manguezais do Norte),
Província de Esmeraldas, Equador.*

TURISMO SUSTENTÁVEL X RECIPROCIDADE SOLIDÁRIA

Moira Millan

A sacralidade da terra

Durante milhares de anos, nós, os povos originários, desenvolvemos uma relação com a Mapu (Terra) a partir da concepção de que ela é sagrada, portanto cada ação da vida, por mais insignificante que pareça, é parte de um ritual cotidiano de reencontro com as forças da natureza, com os espíritos dos antepassados e com nosso próprio universo cósmico interior.

Os valores espirituais e éticos das culturas originárias se contrapõem abismalmente à visão economicista da cultura dominante. É impossível a convivência desses dois mundos diametralmente opostos. Não obstante, aprendemos a sobreviver neste regime cultural e social imposto. A colonização efetuada pelos operadores da cultura avassaladora foi instrumentada por armas letais para conseguir seus objetivos: nossa total dominação. A partir do massacre mais atroz (um genocídio que não tem precedentes, campos de concentração, torturas inimagináveis) e com a criação dos estados aconteceram novos massacres, chamados conquista do oeste nos Estados Unidos, conquista do deserto na Patagônia argentina, a pacificação da Araucanía no Chile, etc. Estes processos levaram a deportações forçadas e formas de escravidão disfarçadas de trabalhos voluntários, imposição de uma religião alheia, a perda de nosso território e a total destruição dos tecidos sociais mapuches que originavam o processo de tribalização de nosso povo.

A partir de nossa Mapu (Terra) surgiram os princípios cósmicos para habitá-la. Ao sermos desalojados e perdermos nosso território passamos de habitantes a sobreviventes da Terra.

As sistemáticas violações de nossa cosmovisão e de nossos direitos, que impunemente cometem os estados-nações contra nosso povo, nos tornam vulneráveis, fazendo com que perdemos grande parte de nossa cultura. A imposição de modelos econômicos que respondem a essa visão soberba e antropocentrista da cultura dominante só nos empobreceu e nos fez dependentes de suas fórmulas mágicas de desenvolvimento.

Estando conscientes de que seus sistemas de produção e consumo colapsaram e de que a terra se encontra em coma, os estados-nações buscam forçosamente remaquiarr o modelo econômico não apenas chamando-o com nomes e sobrenomes novos mas também colocando novos significados a conceitos que pertenciam aos sistemas sociais das culturas milenares, apropriando-se deles e travestindo-os para oferecê-los no mercado da morte a suas novas vítimas. A chamada sustentabilidade é agora um sonho a ser alcançado.

Até apenas algumas décadas atrás, para acalmar as consciências bastava ao sistema a argumentação de “o fazemos em nome do desenvolvimento”, e desse modo encontrava a justificativa para as irremediáveis atrocidades que cometia sobre o planeta. Na atualidade, felizmente são cada vez mais numerosas as vozes que se levantam para condenar o modelo econômico e desenvolvimentista, o qual apressadamente encontrou outras formas de autojustificar-se. Agora seus crimes são disfarçados de “sustentáveis”. Fala-se então de mineração sustentável, da sustentabilidade da soja transgênica, turismo sustentável, etc.

No entanto, imediatamente podemos discernir que sua falsa sustentabilidade é apenas uma fachada para continuar saqueando, depredando e assassinando não somente a natureza da qual somos parte, mas também os guardiões da terra. Os povos que a defendemos e lutamos

por resguardá-la somos pré-julgados, encarcerados e assassinados pelos mentores desse sistema. Em uma sociedade insustentável é impossível instrumentar políticas efetivas de sustentabilidade.

Turismo: outra forma de colonização

A indústria do turismo é talvez a invenção mais recente do capitalismo, já que não se contenta a ter o controle absoluto dos espaços de produção e suas grandes massas de trabalhadores, submetendo milhões de homens e mulheres a suas regras de jogo, senão que também julga conveniente controlar seu lazer, sua mal chamada recreação, tempo este aonde longe de criar ou “re-criarse como humanos” estes homens e mulheres são enganosamente induzidos a consumir os “produtos turísticos que oferece o mercado”, os quais tentam reproduzir o mesmo modo impessoal de relação que tem a sociedade econômica não somente entre os indivíduos mas também com o entorno.

Esta forma de andar e transitar por diversas geografias e culturas impede as pessoas de um encontro profundo com a natureza e com os povos que a habitam. O desprezo pelo natural, o afã de conforto e, sobretudo, o vírus do consumismo que injeta esta sociedade geram desencontros nocivos entre o turista e as comunidades indígenas que tentam abrir-se a esta nova perspectiva de trabalho.

O turismo gera distintos níveis de impacto desfavorável e está proporcionalmente relacionado aos distintos modos em que se apresenta esta indústria. Os megaprojetos turísticos encontram resistência em muitas comunidades indígenas por seu alto impacto ecológico, social e cultural. Um centro de esqui, por exemplo, é construído com a prévia violação da montanha, arrancando-lhe seus bosques para facilitar os cabos dos teleféricos. Os grandes hotéis que ali se situam para alojar centenas de turistas não encontraram mecanismos de depuração dos excrementos, que são lançados sobre riachos ou lagos, contaminando inclusive lençóis freáticos, com o agravante de que nas serras se encontram as nascentes dos rios que abastecem as populações assentadas rio abaixo.

Nestes últimos anos o turismo tem sido um eficaz aliado dos cofres das indústrias poluentes e altamente depredatórias. A indústria de represas complementa sua economia com o que chama de benefícios adicionais. Quais são esses benefícios? O turismo de barragens, mineiro, de caça e outras categorias também são absolutamente condenáveis como o turismo sexual.

No entanto o capitalismo, atento à diversidade de demanda no mercado, não tardou em criar outros modelos turísticos para satisfazer a demanda de setores sociais que não se identificavam com um turismo convencional e criou o ecoturismo, etnoturismo, turismo indígena e turismo solidário.

Turismo indígena, uma opção para as comunidades?

O turismo comunitário é incipiente, no entanto já se podem observar os altos custos desse intento. As comunidades afetadas em sua economia, por não contar com terras aptas e suficientes para o desenvolvimento de atividades agropecuárias prósperas, empobrecidas e desiludidas, admitem uma vez mais a intromissão das políticas invasivas dos estados e dos organismos multilaterais de financiamento que anunciam “aos quatro ventos” suas fórmulas mágicas para sair da pobreza. Nossos conhecimentos culturais ancestrais que há apenas uma década devíamos ocultar para mostrar nossa cara civilizatória e européia, hoje são objeto de curiosidade já não somente para os intelectuais estudiosos, os ólogos (antropólogos,

arqueólogos, sociólogos, historiadores, etc.) mas também para o homem comum convertido em turista. Estes tecnocratas da economia pretendem que coisifiquemos nossa cultura e que a mostremos como um produto turístico. Essas tentativas de levar adiante tal delírio provocaram sintomas nocivos de uma nova doença: a do turismo.

Encontro de dois mundos ou desencontros profundos?

No início da exposição, eu comentava a respeito do conceito de sacralidade da vida que possuem todos os povos originários e em particular o povo mapuche.

A elaboração de uma iniciativa inteiramente econômica que invade a vida das comunidades através de um suposto intercâmbio de culturas não é outra coisa a não ser uma nova forma de desencontro e colonização. Os membros da comunidade alteram seus ritmos e afazeres em função dos visitantes, deixam de lado a espontaneidade de suas condutas comunitárias e se dispõem a preparar um pacote de atividades que resultem atrativas aos turistas.

A cosificação de sua identidade, cultura e essência despoja seus membros de autenticidade convertendo-lhes em um mero espetáculo pitoresco.

As comunidades que tentaram esta iniciativa de turismo indígena na Patagônia coincidem em perceber que o círculo de reciprocidade não se fecha, que ao que se oferece ao visitante não se pode pôr valor econômico. Não importa quanto se cobre, o que se entrega resulta sempre superior e só pode ser medido a partir do valor moral e espiritual, já que as comunidades em sua maioria não oferecem infra-estrutura, albergues, cabanas ou hotéis, mas apenas a possibilidade de aproximação da cosmovisão milenar dos povos originários. O turismo, da mesma forma que todas as atividades econômicas desse sistema, provoca definitivamente em si mesmo a síndrome do capitalismo e economicismo que nos coloniza e destrói nossa visão holística do mundo. Para transformar o sistema devemos primeiro revolucionar a sociedade, e talvez o primeiro ato de insurgência e revolução em direção a um mundo melhor e possível seja não somente mudar a linguagem, mas fundamentalmente criar novos conceitos de vida. O compromisso então de contribuir para o desaparecimento do turismo para que emerja uma relação entre culturas diferentes baseada na reciprocidade solidária. Esta última pode ser uma alternativa ao turismo.

Reciprocidade solidária: a nova senda dos viajantes

A partir da comunidade Pillán Mahuiza surge esta idéia de repensarmos-nos como receptores de viajantes ansiosos por aproximar-se de outras culturas e cosmovisões. Nossa comunidade desenvolveu durante algumas temporadas de verão um projeto de turismo indígena que consistia em uma caminhada pelo bosque com palestras sobre a cosmovisão e a história do povo mapuche. Apesar de o fluxo turístico ser interessante assim como a renda econômica, nós nos sentíamos distanciados de nossa verdadeira expectativa que era gerar consciência e contribuir para o processo de defesa do entorno natural, diante da ameaça de um empreendimento de mineração. Os resultados foram frustrantes nesse sentido: o turista consome sem comprometer-se, seu único interesse é abstrair-se de sua cotidianidade. É por isso que acreditamos que a convocatória aberta para cursos de diversos temas, trabalhos comunitários e para a convivência com a comunidade no marco de atividades coletivas benéficas para seus membros e de forte impacto espiritual, moral e vivencial para os viajantes é o começo da reciprocidade solidária.

Há pouco se realizou em nossa comunidade um curso de construção natural do qual participaram mais de sessenta pessoas que pagaram a inscrição ao curso deixando como benefício, além do dinheiro arrecadado, uma estrutura que servirá como cozinha comunitária. Em troca obtiveram conhecimentos sobre técnicas de construção natural e cosmovisão mapuche na arquitetura. Ao finalizar esta convivência, a comunidade assim como os visitantes, sentíamos que o círculo da relação harmônica estava fechado.

Esse novo instrumento o qual chamei de reciprocidade solidária entre comunidades e viajantes pode ser altamente positivo, no entanto, como toda nova tentativa terá suas dificuldades e desafios.

Mas devemos assumir com decisão o desafio de construir alternativas viáveis, possíveis e, sobretudo, superadoras daquelas que nos impõe o neoliberalismo, extraíndo da sabedoria milenar os conhecimentos que nos legaram nossos antepassados e que nos mantiveram vivos apesar de tanta morte.

*Moira Millán é membro da Comunidade Pillan Mahuiza,
Patagônia (Argentina).*

Anexos

DE MUMBAI PARA PORTO ALEGRE QUEM REALMENTE SE BENEFICIA DO TURISMO?

*Comunicado do Grupo de Intervenções em Turismo
no 4º Fórum Social Mundial*

Nós, o Grupo de Intervenções em Turismo, no 4º Fórum Social Mundial (FSM) em Mumbai (16 a 21 de janeiro de 2004), declaramos o nosso compromisso para mudar o caráter do turismo global para um turismo que é justo e equitativo para as pessoas nos lugares de destino. As nossas intervenções (incluindo um diálogo intercontinental sobre turismo e quatro seminários) colocaram os assuntos de turismo na agenda do FSM.

Através de testemunhas das lutas e das iniciativas comunitárias, realçamos uma gama extensiva de respostas ao turismo globalizado vindo de organizações de base e comunidades locais. Nossas intervenções no FSM forneceram uma plataforma para um diálogo intercontinental significativo sobre os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do turismo.

Durante uma "Reunião Estratégica de Ativistas sobre Turismo" (Mumbai, 22 a 23 de janeiro de 2004, organizada pela Coalizão Ecumênica sobre Turismo - ECOT), avaliamos os impactos das nossas intervenções e nos comprometemos a levar o impulso adiante para o próximo FSM em Porto Alegre, Brasil, em 2005. A Reunião Estratégica enfatizou a necessidade de divulgação ampla dos relatos das nossas intervenções bem sucedidas em Mumbai. As discussões sobre ações futuras serão compartilhadas com comunidades, movimentos sociais, parceiros de redes e outros grupos. Também foi decidido criar o Fórum Global de Intervenções em Turismo que levaria este importante trabalho adiante.

Decidimos fortalecer e apoiar as perspectivas de turismo das organizações de base e comunidades locais, que colocam as nossas posições contra aquelas da Organização Mundial de Turismo (WTO-OMT), do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e de outras definições populares de política de turismo e de desenvolvimento. Como a WTO-OMT se tornou recentemente uma agência especializada das Nações Unidas, pediremos o cumprimento do seu mandato novo e defenderemos os compromissos da sociedade civil para democratizar o turismo.

Uma preocupação primária é a natureza antidemocrática das negociações contínuas do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (GATS) da Organização Mundial de Comércio, que deverão concluir-se em janeiro de 2005. Acentuamos a necessidade urgente de integrar experiências de organizações de base e comunidades locais com relação aos custos ambientais e sociais do turismo, para informar sobre as posições negociadoras dos governos e sublinhamos a necessidade de um retrocesso nas negociações.

Destacar assuntos de turismo dentro de uma multidão de movimentos anti-globalização e de direitos humanos como aqueles relacionados com mulheres, crianças, dalits, povos indígenas, migrantes, trabalho desorganizado, comunidades de pequenas ilhas, montanhas e do litoral, como também de lutas relacionadas à terra, à água e ao acesso a recursos naturais, é crucial para fortalecer as lutas locais e as iniciativas comunitárias daqueles que sofrem os impactos do turismo. O trabalho em rede está no centro das estratégias futuras para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que

dividem este pensamento, e influenciar agendas de política de turismo. Democracia, transparência e responsabilidade corporativa e governamental no turismo serão colocadas como prioritárias na agenda para ações concertadas e intervenções estratégicas.

A partir das nossas experiências de trabalho com assuntos de turismo, estamos extremamente céticos com relação às reivindicações do turismo como gerador de trabalho e divisas. Estamos preocupados que os atuais benefícios que finalmente chegam às pessoas nos destinos, são desprezíveis se comparados aos lucros das corporações transnacionais de turismo. A evasão de divisas (leakages) constitui uma grande perda de renda para comunidades e países de destino. Ao mesmo tempo, são as comunidades locais que sofrem com os custos de desenvolvimento do turismo em termos de impactos sociais, culturais e ambientais.

No próximo FSM em Porto Alegre, Brasil, em 2005, continuaremos destacando assuntos críticos no turismo. Esperamos trabalhar em solidariedade com representantes de comunidades locais, ativistas e pesquisadores de várias partes do mundo, para fortalecer a nossa luta e desenvolver estratégias para um turismo que seja eqüitativo e justo, centrado nas pessoas, sustentável, ecologicamente correto, e valorizador da criança e da igualdade de gênero.

Para o Grupo de Intervenções em Turismo:

1. Heinz Fuchs, EED - Tourism Watch, Alemanha
2. Christine Pluess, Arbeitskreis Tourismus und Entwicklung (AKTE), Suíça
3. K T Suresh, EQUATIONS, Índia
4. Tan Chi Kiong, Ecumenical Coalition on Tourism, Hong Kong, SAR, China
5. Prawate Khid-arn, Christian Conference of Asia, Hong Kong, SAR, China
6. Nina Rao, School of Vocational Studies, New Delhi, Índia
7. Esther Neuhaus, Instituto Terramar, Brasil
8. Ely Fernandes de Lima, Cooperativa de Turismo e Artesanato, Prainha do Canto Verde, Brasil
9. Nelissa Peralta, Instituto Mamirauá, Amazonas, Brasil
10. T T Sreekumar, Hong Kong University of Science and Technology, Hong Kong, SAR, China
11. Patricia Barnett, Tourism Concern, Reino Unido
12. Adamah Bah, Gambia Tourism Concern, Gambia
13. Steffen Schulein, Fern Weh (Tourism Review), Alemanha
14. Rodrigo Ruiz Rubio, Association for the Defence of the Kuelap, Peru
15. David Ugarte, Director del Instituto de Estudios y Desarrollo de la Amazonía Regional, Peru
16. Alka Sabarwal, ICIMOD, Nepal
17. Abdul Sabur, Asia Muslim Action Network (AMAN), Tailândia
18. L Antonysamy, EQUATIONS, Índia
19. Philip Kuruvilla, National Council of Churches of Índia
20. Ranjan Solomon, Ecumenical Coalition on Tourism, Hong Kong, SAR, China
21. Christina Kamp, Freelance Journalist, Alemanha
22. Paul Gonsalves, EQUATIONS, Índia
23. Joyatri Ray, EQUATIONS, Índia
24. Benny Kuruvilla, EQUATIONS, Índia
25. Rosemary Viswanath, EQUATIONS, Índia
26. Shirley Susan, Ecumenical Coalition on Tourism, Hong Kong, SAR, China
27. Saroop Roy, EQUATIONS, Índia
28. P Krishnamoorthy, EQUATIONS, Índia
29. Sumesh Mangalassery, EQUATIONS, Índia

Mumbai, 23 de janeiro de 2004

DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 2005 **- “OUTRO TURISMO É POSSÍVEL”-**

Comunicado do Grupo de Intervenções em Turismo no V Fórum Social Mundial 2005

Nós, o Grupo de Intervenções em Turismo, no V Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre (26 a 31 de janeiro de 2005) reafirmamos a Declaração “De Mumbai para Porto Alegre: Quem realmente se beneficia do turismo?” do último FSM. Declaramos novamente o nosso compromisso para mudar o caráter do turismo global para um turismo que é justo e equitativo para as pessoas nos lugares de destino. Durante o V FSM em Porto Alegre colocamos o tema turismo, através de cinco seminários com um grande número de participantes na agenda dos movimentos sociais ligados às questões da sustentabilidade e luta contra os impactos do livre comércio e conseguimos sensibilizar movimentos anti-globalização e de direitos humanos como aqueles relacionados com mulheres, crianças, dalits, povos indígenas, migrantes, direito dos trabalhadores, como também de lutas relacionadas à conservação e acesso a recursos naturais.

Mostramos claramente as dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo e o impacto na vida das mulheres, no sentido da construção da crítica ao modelo de desenvolvimento do turismo que vem sendo implementado pelos governos e pelos bancos, em especial o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que coloca a atividade turística como um negócio a ser gerenciado pelo empresariado, que para tanto recebe investimentos, infra-estrutura e isenção de impostos. Aos aspectos econômicos somam-se às injustiças ambientais, decorrentes da venda da natureza enquanto produto turístico – mas não dos lucros que ficam concentrados na mão de poucos. Assim o turismo, em muitos casos age sobre as relações de gênero no sentido de reforçar a desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo apropriando-se da imagem da mulher como objeto: utiliza-se o corpo feminino, oficial e extra-oficialmente, como recurso propagandístico para o desenvolvimento turístico, atraindo turistas em busca de prazeres sexuais fáceis e incentivando a prostituição e o tráfico de mulheres; ou ainda fazendo uso da força de trabalho das mulheres como mão-de-obra barata de um emprego precário e instável.

Na perspectiva de se contrapor a tal realidade e construir um outro modelo de turismo, que tenha como pressupostos o envolvimento da população local, a valorização da cultura e diversidade local e a proteção ambiental, tem-se gestado em alguns lugares do Brasil e do mundo a proposta que persegue a construção de um turismo comunitário. São várias as experiências desenvolvidas, o caminho até aqui trilhado já apresenta algumas dificuldades e potencialidades que estaremos divulgando e socializando com outros movimentos e grupos interessados, no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas que contemplem estas novas formas de turismo comunitário.

Nos países pobres, nos quais os processos sociais estão marcados por situações de desigualdade, marginalização, exclusão, opressão e destruição ambiental, assistimos a uma renovada presença dos Estados e de suas corporações aliadas na privatização do patrimônio comum. Não apenas com os projetos turísticos, mas com toda uma política de “desenvolvimento sustentável” que inclui a realização de projetos mineiros, petrolíferos, energéticos (construção de barragens com impactos socioambientais consideráveis), florestais, extração de recursos marinhos, bioprospeção e privatização e apropriação da água. Frente a isso, apoiamos as e nos comprometemos a contribuir com a construção de estratégias de resistências vindo das comunidades locais, na luta política, no âmbito da construção de um turismo com base local, e na afirmação da autodeterminação dos povos.

Declaramos a nossa preocupação a natureza antidemocrática das negociações avançadas sobre a liberalização de serviços de turismo dentro do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (GATS) da OMC. Como parte da rodada de discussões comerciais de Doha, países sócios estão atualmente entregando suas ofertas à OCM para liberalização adicional dos seus setores de turismo. A liberalização do setor sob as leis de comércio neoliberal solapa a capacidade dos governos locais e regionais de formular políticas que levem em conta seus complexos impactos sociais e ambientais. O GATS é orientado à desregulamentação dos marcos legais relacionados à atividade turística, inclusive destruindo regulamentos pertinentes e limitações já postas pelos governos nacionais, regionais e locais para assegurar que o turismo seja ambientalmente e socialmente sustentável. Acompanhando o GATS, os acordos regionais de comércio (RTAs) (bilateral e multilateral) estão apresentando uma ameaça de igual gravidade à sustentabilidade. Todas estas tentativas trouxeram sérios impactos sócio-culturais. Nossa experiência mostra que a menos que o comércio de turismo seja conduzido com o consentimento das comunidades e regulado por elas mesmas, este não pode contribuir numa maneira efetiva até um desenvolvimento sustentável.

Durante um seminário com testemunhas e afetados do tsunami no Sudeste Asiático lançamos uma chamada á solidariedade com as vítimas e perguntamos “O que quer dizer solidariedade no turismo neste momento?” O desastre deixou trabalhadores e comunidades que dependem do turismo quase completamente sem perspectivas. Estamos preocupados com os planos governamentais para ‘a deslocação e reabilitação de pessoas afetadas’. Aproveitando a tragédia, os governos pretendem usar esta calamidade natural para ‘limpar as praias’ e colocá-las a disposição do turismo e da aquíicultura. Mais importante é a necessidade de implementar urgentemente planos de reconstrução de médio e longo prazo baseados nas esperanças dos povos para reconstruir as suas vidas. Isto deve incluir restauração de florestas manguezais e outros ecossistemas costeiros, os quais no passado protegeram estas regiões costeiras contra tempestades e ondas. De fato, as florestas manguezais que permaneciam fizeram com que as pessoas e seus bens ficassem mais protegidos contra o tsunami gigantesco, enquanto as áreas onde os mangues foram desmatados para desenvolvimentos insustentáveis mostraram perdas enormes de vida e danos materiais. Tais indústrias insustentáveis e o turismo descontrolado se destacam como as causas principais da perda de manguezais. Precisamos trabalhar para condições justas e transparentes de cooperação internacional e cancelamento compreensivo da dívida, requisitos para um desenvolvimento sustentável.

Durante uma “Reunião Estratégica de Ativistas sobre Turismo” (Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2005), avaliamos os impactos das nossas intervenções e nos cometemos a levar adiante a nossa articulação a nível local, regional e global, e a nossa intervenção política. Fortaleceremos as estratégias de resistência e iniciativas de turismo comunitário das organizações de base e comunidades locais, que se opõem aos mecanismos e à lógica do livre comércio e às regras da Organização Mundial de Comércio (OMC). Continuaremos trabalhando com representantes de comunidades locais, ativistas e pesquisadores de várias partes do mundo, para fortalecer a nossa luta e desenvolver estratégias para um turismo que seja eqüitativo e justo, centrado nas pessoas, sustentável, ecologicamente correto, e valorizador da criança e da igualdade de gênero. Criaremos espaços para a troca de experiências sobre os impactos de liberalização, apresentaremos estruturas para monitorar e analisar os impactos e desenvolveremos fortes estratégias de Sul-Sul para advogar e dirigir campanhas para assegurar que o livre comércio seja ao serviço do desenvolvimento.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2005.